



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 84, DE 2011** **(nº 174/2011, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritreia.

Os méritos do Senhor Marco Antonio Diniz Brandão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de junho de 2011.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial grande e decorativa.

Brasília, 17 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritreia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 222 /DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 17 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritreia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO

CPF.: 307.243.847-15

ID.: 5303 MRE

1949 Filho de Wanderley Gomes Brandão e Circéa Diniz Brandão, nasce em 7 de março, em Belo Horizonte/MG

Dados Acadêmicos:

1972 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense
1991 CAE - IRBr, Perspectivas de Independência da Guiana Francesa

Cargos:

1972 CPCD - IRBr
1974 Terceiro-Secretário
1978 Segundo-Secretário, por merecimento
1980 Primeiro-Secretário, por merecimento
1987 Conselheiro, por merecimento
1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2000 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1974 Departamento Cultural, auxiliar
1974-76 Divisão de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assistente
1975 Embaixada em Bissau, Terceiro-Secretário em missão transitória
1976-77 Divisão da África II, assistente
1977-81 Embaixada em Washington, Terceiro, Segundo e Primeiro-Secretário
1981-83 Embaixada em Maputo, Primeiro-Secretário
1983-85 Divisão das Nações Unidas, assistente
1985-87 Ministério da Fazenda, Coordenador de Comunicação Social
1987 Secretaria de Imprensa do Gabinete, Subchefe
1987-89 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
1988 Comando da UNAVEM, Angola, à disposição
1989-92 Embaixada em Paris, Conselheiro
1990 I Reunião do Clube de Paris para a renegociação da dívida da Polônia, Chefe de delegação
1992-94 Divisão do Mercosul, Chefe
1994-96 Embaixada em Roma, Representação Junto à FAO, Ministro-Conselheiro
1994 I Reunião Extraordinária da Comissão de Recursos Fitogenéticos da FAO, Roma, Chefe de delegação
1996 Reunião Regional da América Latina e do Caribe sobre Recursos Fitogenéticos, Bogotá, Chefe de delegação
1996 XII Sessão Extraordinária do Conselho da União Internacional para a Proteção de Novas Variedades Vegetais (UPOV), Roma, Chefe de delegação
1996 V Conferência Técnica Internacional sobre Recursos Fitogenéticos, Leipzig, Chefe da delegação
1997-01 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Diretor-Geral
1999 I Reunião Bilateral Brasil/Cuba sobre Direitos Humanos e Temas Sociais, Havana, Chefe de delegação
2001-05 Embaixada em Bangkok, Embaixador
2001 Embaixada junto ao Laos, Embaixador cumulativo
2002 Embaixada junto ao Reino da Camboja, Embaixador, cumulativo
2002 Embaixada junto a República Popular de Myanmar, Embaixador cumulativo
2003 V Conferência Anual dos Estados-Partes da Convenção de Ottawa, Bangkok, Chefe de delegação

2003	II Conferência Internacional de Autoridades Organizadoras de Eleições, Chiang Mai, Chefe de delegação
2005-08	Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Chefe
2008	Embaixada em Nova Delhi, Embaixador
2008	III Fórum de Governança da Internet, Hyderabad, Chefe da Delegação
2009	Embaixada em Katmandu, Nepal, Embaixador cumulativo
2009	Embaixada em Maleh, Maldivas, Embaixador cumulativo

Condecorações:

1988	Ordem de Francisco de Miranda, Venezuela, 2a. Classe
1988	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1989	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
1991	Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
1999	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2005	Most Exalted Order of the White Elephant, Tailândia, Grã-Cruz

Publicações:

1993	Uma Avaliação do Processo Negociador, in Boletim de Integração Latino-Americana, Edição Especial dos Dois anos do Tratado de Assunção, GETEC/MRE, Brasília, março
1998	A Política Exterior dos Direitos Humanos, com Ana Cândida Perez, in Textos do Brasil, ACS/MRE, Ano II, n.6, Brasília, maio/agosto
1998	A Declaração Universal dos Direitos Humanos - Monumento Permanente, in Cinquenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, série Pesquisas, vol.11, Fundação Konrad Adenauer, São Paulo.
1998	O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e seu Aperfeiçoamento no Limiar do Século XXI, com Benoni Belli, in Direitos Humanos no Século XXI, org. Samuel Pinheiro Guimarães e Paulo Sérgio Pinheiro, IPRI, São Paulo


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA PARA ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA- III**

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO

ABRIL DE 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	
PERFIS BIOGRÁFICOS	
RELAÇÕES BRASIL-EGITO	
POLÍTICA INTERNA	
POLÍTICA EXTERNA	
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	
ASSUNTOS CONSULARES	
ATOS BILATERAIS	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	
ANEXOS	

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República Árabe do Egito
CAPITAL:	Cairo (aprox. 7,78 milhões de habitantes)
ÁREA:	1.001.450 km ²
POPULAÇÃO (2009):	83,5 milhões
IDIOMAS:	Árabe (oficial); inglês e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (90%), Cristianismo Copta (9%)
SISTEMA POLÍTICO:	Semi-presidencialismo
CHEFE DE ESTADO:	Mohamed Tantawi (Comandante-Geral das Forças Armadas)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Essam Sharaf
CHANCELER:	Nabil El-Araby
PIB (2009):	US\$ 161,2 bilhões (nominal) US\$ 280,7 bilhões (PPP)
PIB PER CAPITA (2009):	US\$ 4.567 (nominal) US\$ 7.951 (PPP)
UNIDADE MONETÁRIA:	Libra Egípcia
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Ahmed Hassan Ibrahim Darwish
COMUNIDADE BRASILEIRA NO PAÍS (est.):	188 brasileiros residentes

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL ➡ EGITO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-mar)
Intercâmbio	496,75	657,11	899,35	1387,24	1291,14	1626,54	1531,76	2136,35	440,73
Exportações	462,13	623,62	868,23	1349,48	1238,38	1408,63	1443,98	1967,53	400,84
Importações	34,61	33,48	31,12	37,76	52,76	217,90	87,78	168,81	39,88
Saldo	427,51	590,13	837,11	1311,71	1185,61	1190,73	1356,20	1798,71	360,96

PERFIS BIOGRÁFICOS

MOHAMED TANTAWI

Comandante-Geral das Forças Armadas

Mohamed Hussen Tantawi Soliman nasceu em outubro de 1935. Começou sua carreira militar na Infantaria do Exército egípcio em 1956. Combateu contra Israel na Guerra do Sinai (1956), na Guerra dos Seis Dias (1967) e na Guerra do Yom Kippur (1973). Em 1991, foi nomeado pelo ex-Presidente Hosni Mubarak para os cargos de Comandante-Geral das Forças Armadas Egípcias e Ministro da Defesa e da Produção Militar.

Após a renúncia de Hosni Mubarak, coube a Mohamed Tantawi, na condição de Presidente do Conselho Supremo das Forças Armadas, assumir a função de Chefe de Estado.

ESSAM SHARAF

Primeiro-Ministro

Essam Sharaf nasceu em 1952. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade do Cairo em 1975. Entre 1980 e 1984, fez Mestrado e PhD pela Purdue University (Indiana, EUA). Em abril de 2004, foi nomeado Ministro dos Transportes. Resignou ao cargo em dezembro de 2005, por discordar das políticas do regime de Hosni Mubarak. De volta à vida acadêmica, Sharaf passou a exercer papel de crítico contumaz de Mubarak.

Em 3 de março de 2011, foi convidado pelo Conselho Supremo das Forças Armadas a assumir o cargo de Primeiro-Ministro, após a renúncia de Ahmed Shafiq.

NABIL EL-ARABY

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nabil El-Araby nasceu em 1935. Formou-se em Direito pela Universidade do Cairo, em 1955, e pela Universidade de Nova York, em 1969. Foi membro da Comissão de Direito Internacional da ONU, de 1994-2001, e Juiz da Corte Internacional de Justiça, de 2001-2006. Em 2008, tornou-se o Diretor do Centro Internacional de Arbitragem Comercial no Cairo e Conselheiro da Arbitragem entre o Governo do Sudão e o SPLM sobre a região de Abyei.

Durante os protestos que derrubaram Hosni Mubarak, Nabil foi importante elemento de diálogo entre os manifestantes e as autoridades governamentais. Foi indicado ao cargo de Chanceler em 6 de março de 2011, após a saída de Ahmed Aboul Gheit.

RELAÇÕES BRASIL-EGITO

As relações entre o Brasil e o Egito – estabelecidas em 1924 - têm sido corretas e cordiais no plano político. Ademais de interesses coincidentes em diferentes questões internacionais, ambos os países têm, como traço comum, papel proeminente no âmbito de suas respectivas regiões, principalmente no sentido de impulsionar iniciativas de cooperação e de integração regionais.

Apesar do diálogo fluido que sempre se verificou nas relações bilaterais, as visitas oficiais não apresentavam, até o passado recente, frequência regular. A viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Cairo, em dezembro de 2003, pôs em evidência as potencialidades da parceria brasileiro-egípcia. Na oportunidade foi criado o Conselho Empresarial Brasil-Egito e dois acordos foram assinados (consultas políticas e isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço).

Em agosto de 2008, o Ministro do Comércio e Indústria do Egito, Rachid Mohammed Rachid, realizou visita oficial de dois dias ao Brasil, quando foi recebido pelos Ministros das Relações Exteriores; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; dos Transportes; e das Minas e Energia. Entre os temas tratados destacou-se a apresentação de proposta do MERCOSUL de acordo de comércio entre o Egito e o bloco.

A agenda diplomática entre Brasil e Egito foi particularmente intensa em 2009 e 2010, anos marcados por manifesto interesse egípcio pelo Brasil e por significativo incremento das exportações brasileiras àquele país. Na segunda semana de janeiro de 2009, o Chanceler brasileiro realizou viagem ao

Oriente Médio, com o intuito de contribuir com os esforços internacionais para que fosse alcançada a trégua no conflito em Gaza. Reuniu-se com o seu homólogo Ahmed Aboul Gheit e com o Presidente Hosni Mubarak.

No início de março, o Ministro Amorim retornou ao Egito, para participar da Conferência Internacional de Sharm-El-Sheikh em Apoio à Economia Palestina para a Reconstrução de Gaza. Na ocasião, anunciou contribuição brasileira de US\$ 10 milhões para a reconstrução de Gaza,

posteriormente autorizada pela Lei 12.292, de 10/7/2010, e manteve novo encontro bilateral com o Presidente Hosni Mubarak. No mesmo mês, participou da II Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), no Cairo.

Em julho de 2009, o Chanceler Aboul Gheit realizou visita ao Brasil, marcada pela assinatura de dois instrumentos bilaterais: Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre Academias Diplomáticas e Memorando de Entendimento para Promoção de Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em Países da África.

Por sua vez, nos dias 27 e 28 de dezembro de 2009, ocorreu nova visita do Ministro Celso Amorim ao Cairo, propiciando seu quarto encontro com Aboul Gheit naquele ano. O encontro marcou a inauguração do Mecanismo de Diálogo Estratégico, foro de discussão sobre grandes temas da agenda internacional, de nível ministerial, cujo Memorando de Entendimento foi assinado durante a visita. O Brasil possui mecanismo semelhante somente com a Argélia, no âmbito dos países do Norte da África.

Em março de 2010, o Ministro Miguel Jorge desenvolveu extensa agenda de encontros em visita ao Egito, que incluíram, além de seu homólogo, o Ministro do Comércio e Indústria, Rachid Mohamed Rachid, os Ministros da Habitação, Obras Públicas e Desenvolvimento Urbano, Ahmed Maghrabi, dos Transportes, Alaa Fahmy, da Agricultura, Amin Abaza, e dos Negócios Estrangeiros, Ahmed Aboul-Gheit. O Ministro Miguel Jorge teve também a oportunidade de realizar visita de cortesia ao Secretário Geral da Liga Árabe, Amre Moussa.

Em julho de 2010, realizou-se reunião de consultas políticas Brasil-Egito co-presididas pelo Subsecretário-Geral Política-III do Itamaraty e pelo Ministro-Assistente para as Américas da Chancelaria egípcia. As consultas abordaram extensa agenda de temas bilaterais, regionais e multilaterais. A reunião de consultas políticas assinalou o aprofundamento das relações bilaterais nos últimos anos.

Em agosto de 2010, o Ministro do Comércio Exterior e Indústria do Egito, Rachid Mohamed Rachid, realizou visita a Argentina e Brasil, acompanhado de delegação de empresários egípcios. A sua participação na Cúpula do Mercosul em San Juan propiciou a assinatura do Acordo de Livre

Comércio Mercosul-Egito, que vinha sendo negociado há dois anos. O Acordo deverá ampliar o fluxo comercial entre as duas partes, principalmente por meio do impulso às exportações de bens alimentícios e produtos de base do Mercosul, principais componentes da pauta do comércio bilateral. Foi o segundo ALC assinado pelo Mercosul com parceiro extrarregional (o primeiro foi com Israel, em dezembro de 2007). No Brasil, Rachid manteve encontros com os titulares do MAPA, MDIC e Ministério dos Transportes, além de almoço de trabalho com o então Chanceler Celso Amorim.

Aproveitando o momento proporcionado pela assinatura do Acordo de Livre Comércio, missão de empresários do setor alimentício, chefiada pelo MAPA, visitou o Egito em novembro de 2010, com vistas a conhecer as potencialidades do mercado egípcio de alimentos e manter encontros com interlocutores locais interessados em estabelecer ou intensificar negócios com o Brasil. Em 2010, o comércio bilateral superou a cifra de US\$ 2,1 bilhões, o que coloca o Egito entre os principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano. O saldo em favor do Brasil foi, naquele ano, de quase US\$ 1,8 bilhão.

O Governo brasileiro tem acompanhado com atenção o processo de transição política ainda em curso no Egito, que culminou com o fim do regime de Hosni Mubarak e a assunção do poder pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, em 11 de fevereiro de 2011. Ao longo do período de intensas manifestações populares contra o ex-Presidente Mubarak, que chegaram a reunir milhões de pessoas nas principais cidades do país, o Governo brasileiro pronunciou-se em favor do diálogo político e do respeito à liberdade de expressão dos manifestantes.

O Brasil nutre a expectativa de que, neste momento de novas oportunidades e desafios, as lideranças políticas da sociedade egípcia conduzam o processo de transição política em ambiente de entendimento e de diálogo democrático. O Brasil está disposto a trabalhar com a comunidade internacional em prol do desenvolvimento econômico e social do Egito, por meio de iniciativas concretas de cooperação com o Governo egípcio. Em audiência concedida ao Embaixador do Brasil no Cairo em 17/02, o então Primeiro-Ministro Ahmed Shafiq manifestou o interesse egípcio nas experiências do Brasil em políticas públicas voltadas ao combate à fome e à pobreza. Por sua vez, o Ministro das Finanças do Egito demonstrou ao Embaixador brasileiro, em encontro mantido em 01/03, interesse em estabelecer parcerias com o Brasil em áreas como programas de redistribuição de renda e de fomento a pequenas e médias empresas.

Um quadro político democrático e efetivamente pluripartidário, que surja no Egito, terá reflexos sobre a política externa do novo governo. Com maior legitimidade popular, o novo governo poderá dar contribuição nova e

criativa ao processo de paz no Oriente Médio. O novo quadro que se forma pode constituir oportunidade, ademais, para incorporar ainda mais os países do Norte da África na esfera do Diálogo Sul-Sul.

Em caráter emergencial, o Governo brasileiro respondeu positivamente ao apelo humanitário feito recentemente pelo ACNUR destinado a beneficiar os refugiados e solicitantes de asilo no Egito e na Tunísia, provenientes das zonas conflagradas pelo conflito na Líbia. A contribuição brasileira para as atividades do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Egito em particular será de US\$ 150 mil (cabendo a Tunísia US\$ 224 mil). O referido valor integra o conjunto da doação anunciada pelo Brasil de US\$ 3,7 milhões para o programa orçamentário de 2011 do ACNUR.

POLÍTICA INTERNA

O Governo de Anwar Sadat, que logrou estabelecer a paz com Israel e consolidar as fronteiras do país, teve o término com o seu assassinato, em 1981. Assumiu em seu lugar o então Vice-Presidente, Hosni Mubarak. Respalhado pelas Forças Armadas e o grande empresariado egípcio, Mubarak seria reeleito sucessivas vezes para mandatos de 6 anos, por meio de referendos populares que apenas endossavam a indicação de seu nome pela Assembléia do Povo, dominada por seu partido, o PDN (Partido Democrático Nacional).

O controle de fortes aparatos de segurança e inteligência, conforme ficou posteriormente demonstrado, permitiam a Mubarak exercer ampla vigilância sobre a sociedade civil e reprimir vozes de contestação ao regime, além de atividades subversivas, como o terrorismo islâmico. O Estado de Emergência, decretado em 1958 à época dos conflitos com Israel, passou a justificar a imposição de estrita censura sobre a mídia e prisões indiscriminadas. Disposto a neutralizar qualquer tipo de oposição ao seu governo, Mubarak buscou tolher por diversos meios a atuação da Irmandade Muçulmana, organização islâmica conservadora fundada em 1928, de grande popularidade na sociedade egípcia.

Paralelamente, Mubarak empreendia um programa de reformas econômicas calcado na privatização de empresas públicas e na abertura ao capital estrangeiro. Durante a década de 1990, medidas liberalizantes aliadas aos estímulos e créditos concedidos pelo FMI (facilitados pela participação do Egito na Guerra do Golfo), possibilitaram ao país crescer sucessivamente a taxas de 4 a 5% ao ano. No entanto, a concentração de renda, o desemprego e o alto crescimento populacional, principalmente nas grandes cidades, deterioraram as condições de vida do povo egípcio. De modo a conter focos de tensão popular, Mubarak ampliou a sua política de subsídios aos bens e serviços básicos à população, a custo de persistentes déficits orçamentários.

Nos anos 2000, com vistas a acomodar tensões latentes no PDN,

Mubarak optou por empreender reformas políticas pontuais, que não viriam a alterar a estrutura do regime. Em 2005, em seguimento aos compromissos assumidos publicamente por Mubarak, realizaram-se eleições legislativas e presidencial (a primeira em caráter multipartidário desde 1952). Após um pleito marcado por alegações de fraude, Mubarak foi reeleito para mais um mandato de 6 anos, com 88,6% dos votos válidos. Os outros dois principais candidatos, Ayman Nour, (Partido Al-Ghad) e Numan Gomaa (Partido Al-Wafd) obteriam apenas 7,3% e 2,8% dos votos, respectivamente.

A despeito da imposição de diversos obstáculos contra os candidatos de oposição, os membros da Irmandade Muçulmana, concorrendo como candidatos independentes (a agremiação fora proscrita por Nasser em 1954), conquistaram um significativo número de 88 assentos no Parlamento. A partir de então, o regime intensificou as atividades de monitoramento e repressão à Irmandade, sempre de forma velada, por meio da prisão de centenas de seus integrantes e cerceamento de seus recursos financeiros.

Durante o seu último mandato, Mubarak, de idade avançada e saúde frágil, empenhou-se em abrir caminho para a sua sucessão de seu filho, Gamal. Em 2007, fez aprovar um conjunto de reformas constitucionais que acabaram aumentando as prerrogativas presidenciais, além de tornar permanentes os dispositivos de exceção destinados ao combate ao terrorismo. Os grupos de oposição denunciaram a manobra como parte de um plano cujo objetivo seria assegurar a “sucessão faraônica” de Gamal Mubarak.

Gamal, que foi Vice-Secretário-Geral do PDN, não era popular entre os militares e tinha desafetos dentro de seu próprio partido. Sua base de apoio constituía-se principalmente da elite empresarial egípcia, afinada com as suas idéias modernas e o seu espírito empreendedor. Gamal Mubarak era visto por muitos homens de negócio egípcios como o sucessor ideal, na expectativa de que o seu Governo daria continuidade à política econômica adotada nos últimos anos por seu pai. O remanejamento ministerial de abril de 2009, que veio a favorecer políticos ligados a Gamal Mubarak, bem como escândalos de corrupção envolvendo o seu nome, minaram o apoio das principais figuras políticas egípcias ao projeto de sucessão presidencial.

As últimas eleições legislativas, realizadas entre novembro e dezembro de 2010, resultaram em esmagadora vitória para o PDN, que logrou ampliar ainda mais sua maioria na Assembléia do Povo, elegendo 420 representantes de um total de 504 assentos disputados. Diferentemente das eleições de 2005, nenhum dos candidatos vinculados à Irmandade Muçulmana logrou eleger-se no primeiro turno, o que levou os membros da organização não participar do segundo turno e reduziu ainda mais a credibilidade do pleito. O débil comparecimento às urnas refletiu forte desmobilização popular, atribuída à

percepção de impotência diante dos limites legais e de medidas repressivas impostas pelo regime. Vale lembrar que Mohamed El-Baradei havia conclamado os cidadãos e partidos políticos do país, por meio da suprapartidária Associação Nacional para a Mudança (ANM), a boicotarem as eleições caso essas não pudessem transcorrer de modo livre e transparente.

A desmobilização popular, somada à retração do número de assentos ocupados pela oposição no Parlamento, expuseram a incapacidade de o sistema político consolidado por Mubarak de refletir, ainda que de forma limitada, os anseios populares por renovação.

A Revolução de 2011

Os protestos na Tunísia, que culminaram com a queda de Ben Ali, serviram de estopim para a eclosão da insatisfação popular latente no Egito, onde as condições de vida da população se haviam deteriorado a despeito das sucessivas taxas de crescimento econômico expressivo registradas nos últimos anos.

As autoridades egípcias buscaram, em vão, abafar a repercussão de diversas tentativas de auto-imolação ocorridas em janeiro de 2011, gestos que buscavam emular o suicídio do jovem ambulante tunisiano Mohamed Bouazizi, símbolo da revolta popular contra Ben Ali. Aproveitando-se do “momentum” criado pelos levantes na Tunísia e da crescente comoção popular, jovens de classe média passaram a convocar protestos de rua com o objetivo de exigir abertura e renovação política.

Em 25 de janeiro, realizou-se, em diversos pontos do país, o primeiro protesto de grandes proporções, o “Dia da Fúria”, que teria reunido, segundo a imprensa local, “milhares de pessoas”. As manifestações ocorreram sem a permissão prévia do Ministério do Interior, o que levou as autoridades policiais a mobilizarem pelo menos trinta mil homens só na capital para garantir a ordem. Os confrontos, que continuaram na madrugada do dia 26, tiveram o saldo de pelo menos 3 mortos e número indeterminado de feridos.

A partir de então, contrariando a proibição do Ministério do Interior, as manifestações contra o regime de Hosni Mubarak intensificaram-se e alastraram-se por todo o país. Na tentativa de atribuir o aumento da violência ao extremismo islâmico, o Governo passou a denunciar a presença de elementos da Irmandade Muçulmana nos protestos, a despeito das declarações de membros da organização que negavam qualquer tipo de envolvimento.

A continuação do protestos nos dias subseqüentes começaram a minar a posição de Mubarak, uma vez que a presença massiva da população nas ruas rompia a aura de invencibilidade que rodeava os organismos de segurança. O

crescente clamor popular e a incapacidade das forças de repressão ligadas ao Ministério do Interior em conter os manifestantes levaram Mubarak a indicar, após quase trinta anos no poder, um Vice-Presidente, o General Omar Suleiman, então Chefe do Serviço de Segurança Interna. A decisão de Mubarak assegurava aos militares que as Forças Armadas manteriam o controle do Estado mesmo que ele se visse forçado a renunciar. Adicionalmente, Mubarak anunciou a demissão de seu Gabinete, gesto claramente destinado a apaziguar os ânimos do povo. Em consequência da escalada da violência, a polícia recebeu ordens para retirar-se das ruas e tropas do Exército foram posicionadas em locais estratégicos, mas sem intervir diretamente na situação.

As iniciativas tomadas por Mubarak deterioraram a situação. Seguiram-se dias de caos no país, com saques em diversas áreas do Cairo e outras grandes cidades, bem como ataques a delegacias de polícia. Segundo rumores, grande parte desses assaltos teriam sido estimulados ou mesmo realizados por elementos da polícia à paisana, de modo a criar a atmosfera de pânico e reforçar a imagem de Mubarak como garantidor da estabilidade.

A oposição conclamou, então, para o dia 01/02, a “Marcha do Milhão”. Com o intuito de arrefecer os ânimos populares, o VP Suleiman anunciou sua disposição de negociar com a oposição. As Forças Armadas, por sua vez, declararam que não agiriam contra manifestações pacíficas, mas que a violência seria reprimida. No entanto, a “Marcha do Milhão” logrou reunir, sob os olhos da mídia internacional, centenas de milhares de pessoas na Praça Tahrir, no centro do Cairo, e nas cidades de Alexandria, Port Said e Suez. Pressionado, Mubarak é levado a anunciar que não buscava reeleger-se nas eleições de setembro de 2011, mas que terminaria seu mandato constitucional.

O dia 02/02 foi marcado por nova onda de violência contra os manifestantes organizada pelo regime. Grupos pró-Mubarak, com a aparente conivência do Exército, buscaram invadir a praça Tahrir, epicentro das manifestações, a fim de desmobilizar a oposição. O ocorrido, que deixou um saldo de 10 mortos e 1500 feridos apenas no Cairo, foi deplorado pela mídia e principais lideranças internacionais, inclusive pelo Brasil.

Não obstante, os manifestantes aumentaram o tom contra Mubarak, exigindo a sua saída imediata do poder. Paralelamente, desdobrava-se intensa movimentação tanto no plano interno como no externo, com vistas à resolução da crise. No plano interno, o Governo egípcio anunciou, em 05/02, a demissão da liderança do PDN, inclusive do filho de Hosni Mubarak, Gamal, que ocupava o posto de Secretário de Políticas do partido. Também foram anunciadas a proibição de viagens ao exterior e o congelamento das contas bancárias de vários integrantes do antigo Governo. As medidas faziam parte

do processo de eliminação da vida pública de Gamal Mubarak, impopular entre o povo e as Forças Armadas, retirando suas posições de poder no partido e atingindo seus aliados dentro dos altos círculos empresariais. Mais do que uma concessão à oposição, representavam claro sinal de que o poder já estava sendo firmemente consolidado nas mãos dos militares, com o intuito de conduzir o processo sucessório.

No plano externo, os países ocidentais passaram a sinalizar disposição em apoiar um Governo encabeçado pelo General Suleiman, dentro de um processo de transição que respeitasse o quadro institucional.

Entre 06 e 07/02, como parte da estratégia do Governo de passar a imagem à sociedade civil e à comunidade internacional de que a situação se teria normalizado, e que já estava em curso o processo de transição política, o VP Suleiman convocou representantes da oposição para uma primeira reunião. O encontro resultou em frustração para a oposição, uma vez que as quatro principais demandas não foram atendidas, a saber: a saída de Hosni Mubarak, a realização de novas eleições parlamentares, a suspensão imediata do estado de emergência em vigor há trinta anos e a libertação de todos os prisioneiros políticos, calculados em 10.000.

Enquanto isso, o Governo anunciava aumento salarial e criação de mais cargos públicos, com o objetivo de cooptar jovens qualificados desempregados ou subempregados, os quais constituíam o “núcleo duro” da origem dos protestos. Por outro lado, greves eclodiram por todo o país, reivindicando melhores salários e condições de trabalho. A instabilidade política fazia-se sentir cada vez mais sobre a já combalida economia egípcia, com a brusca queda nas reservas em moeda estrangeira e perspectivas de desvalorização da libra egípcia, extremamente prejudicial a um país que depende das importações de gêneros alimentícios. Mubarak perdia, dessa forma, apoio junto aos círculos empresariais egípcios, que já não viam como desvantajosa a sua renúncia e assunção do poder pelas autoridades militares.

Em 11/02, Mubarak anunciou a sua renúncia, para júbilo dos manifestantes concentrados na Praça Tahrir. Assumiu o poder o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA), presidido pelo Marechal Mohamed Hussein Tantawi. O CSFA em seguida anunciou a suspensão da Constituição e a dissolução do Parlamento. A junta militar também informou que permaneceria no poder por até seis meses, até a próxima eleição presidencial, que seria precedida por referendo sobre reforma constitucional, após a conclusão dos trabalhos de revisão da Carta (a cargo de um comitê de juristas independentes). No único aspecto com repercussão direta sobre a política externa egípcia, os militares reiteraram ainda o seu compromisso com todos os tratados e acordos internacionais, com vistas a reassegurar Israel e os EUA de

que os acordos de Camp David (1978) e a paz com Israel (1979) não seriam revistos.

Os manifestantes, no entanto, permaneceriam concentrados na Praça Tahrir, ainda que em menor número, a fim de exigir a liberação de todos os prisioneiros políticos, o desmantelamento do aparato de segurança do Estado, a suspensão da lei de emergência e, principalmente a saída do então Primeiro-Ministro Ahmed Shafiq e outros membros do Gabinete ministerial tradicionalmente ligados a Hosni Mubarak. Pressionado, Shafiq renunciaria logo em seguida, sendo substituído por Essam Sharaf, ex-Ministro dos Transportes durante o Governo Mubarak. Sharaf conta com o apoio de grupos ligados a Mohamed El-Baradei e teria chegado a participar de manifestações pacíficas na Praça Tahrir.

Por sua vez, os atores políticos egípcios iniciaram os preparativos para o futuro pós-Mubarak. Além da possível candidatura presidencial de Amre Moussa, atual Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes e do recente anúncio de Mohamed El-Baradei de que concorrerá nas próximas eleições presidenciais, a Irmandade Muçulmana anunciou a criação de partido político (“Partido da Liberdade e Justiça”). Vale notar que a Irmandade Muçulmana vem mostrando, ao longo da crise e do atual período de transição, considerável habilidade política. Sua estratégia combina tentativas de reassegurar o sistema de que não pretende obter o poder em futuro próximo, pela reiteração de que não lançará candidato à Presidência e pelo baixo perfil mantido durante o período das manifestações populares, ao mesmo tempo em que busca posicionar-se de modo a ter influente papel em qualquer futuro governo democrático no Egito pela eleição de significativa bancada parlamentar e, provavelmente, pelo apoio a eventual candidato presidencial de outro partido.

Em 19/03, após a conclusão dos trabalhos do comitê independente, os eleitores egípcios aprovaram, por 77% dos votos válidos, referendo sobre emendas constitucionais que permitirão a realização de eleições parlamentares e presidenciais no início do segundo semestre de 2011. O processo transcorreu sem maiores dificuldades ou incidentes e refletiu maturidade política por parte do eleitorado egípcio. Entre as principais medidas a serem implementadas, destacam-se a redução do mandato presidencial de seis para quatro anos e a limitação da permanência no cargo para dois mandatos consecutivos. Igualmente importante é o estabelecimento de novos critérios para a nomeação de candidatos à Presidência, que poderão agora ser oriundos de qualquer um dos partidos legalmente constituídos ou concorrer em caráter independente.

A votação ocorreu em meio a intenso debate sobre a conveniência das emendas, tendo a Irmandade Muçulmana e outras facções islâmicas apoiado as mudanças. As emendas tiveram também o suporte do PDN, antigo partido

do Governo. Pelo “não” manifestaram-se os dois principais candidatos às eleições presidenciais de agosto, o atual Secretário-Geral da Liga Árabe, Amre Moussa, e o ex-Diretor da Agência Internacional de Energia Atômica e fundador da Associação Nacional para a Mudança, Mohamed El-Baradei. Igualmente contrários às emendas foram os coptas, a minoria cristã do Egito. No caso dos referidos candidatos presidenciais, o “não” se justifica pela necessidade de que o novo Presidente, quando eleito, possa se pautar, desde o início, por um texto constitucional inteiramente novo, que restrinja inclusive o escopo dos poderes do Executivo. As emendas ora aprovadas não previam dispositivos para uma alteração mais ampla da Constituição, que seria possivelmente realizada posteriormente às eleições presidenciais, através da convocação de uma Assembléia Constituinte. Já os coptas parecem temer a eventual permanência de uma carta que determina ser o Islã a religião oficial do Estado e a Sharia a fonte principal do direito.

Em 28/3, o CSFA anunciou novos passos significativos para o processo político interno, a saber: a criação de nova lei dos partidos políticos, o anúncio da postergação das eleições parlamentares e a confirmação de que o estado de emergência será encerrado antes do referido pleito. Entre as disposições mais importantes da nova lei dos partidos incluem-se: a) todo novo partido deverá registrar-se junto a um comitê judiciário, que terá 30 dias para pronunciar-se positiva ou negativamente; b) caso não haja resposta oficial do comitê, o partido será considerado automaticamente criado; c) os princípios, objetivos, programas, políticas e comportamento do partido não devem contradizer os princípios da Constituição ou os requerimentos da segurança nacional egípcia ou a proteção da unidade nacional; e d) é proibida a criação de partidos de fundo religioso ou que discriminem seus membros por religião, sexo, ou região.

Vários grupos anunciaram a constituição de novas agremiações, ao mesmo tempo em que os partidos islâmicos buscam adequar-se à nova legislação declarando-se abertos a cristãos e coptas. O cenário político parlamentar do Egito começa, assim, a delinear-se: por um lado, o antigo Partido Nacional Democrático (PND), que era o braço político do regime do ex- Presidente Hosni Mubarak, foi dissolvido em 16/4, tendo seus bens absorvidos pelo Estado. O partido detinha significativa máquina eleitoral em níveis inferiores do poder, embora sua liderança houvesse sido completamente desmoralizada e removida do núcleo decisório do país. Por outro lado, os partidos laicos tradicionais, após quase trinta anos do regime Mubarak, necessitam de esforço organizatório que nem todos poderão ser capazes de fazer. Com a dissolução do PND, é provável que esses partidos agreguem os chefes regionais daquela agremiação política. O novo partido o “Liberdade e

Justiça”, da Irmandade Muçulmana, poderá ter, segundo analistas, expressiva votação.

Em 30/03, o CSFA anunciou Decreto Constitucional que inclui cerca de 80% da Constituição de 1971, bem como as emendas aprovadas pelo referendo de 19 de março último. O Decreto efetua algumas mudanças significativas no texto constitucional, entre as quais se devem destacar: a) o Conselho Shura é enfraquecido em suas funções, ao não mais ser obrigatório que leis passadas pelo Assembléia do Povo sejam aprovadas pela Câmara Alta; b) o CSFA passa a substituir legalmente o Presidente e o Parlamento até as próximas eleições; c) o processo eleitoral passará a ocorrer sob supervisão eleitoral direta; e d) o Parlamento poderá impor lei de emergência por período de seis meses, mas sua renovação somente poderá ser efetuada por referendo popular.

Novos enfrentamentos na Praça Tahrir em 9/4 voltaram a refletir indignação da opinião pública com suposta lentidão na tomada de medidas das Forças Armadas contra membros da família Mubarak, cuja prisão domiciliar fora decretada em 28/3. Sob pressão popular, o ex-Presidente Hosni Mubarak e seus filhos Gamal e Alaa foram intimados a depor, em 10/4, pelo Procurador Geral do Egito. Mais do que uma questão de justiça, a intimação parece ser movimento do Governo no sentido de preservar a confiança que a população ainda lhe deposita.

Apesar dos confrontos, o crescente agravamento da situação econômica do país poderá impedir a intensificação dos protestos, uma vez que a população, ainda mais empobrecida desde o início da "revolução", deseja, sobretudo, o retorno à normalidade. Nesse quadro, o CSFA ratificou lei, em 20/4, que proíbe o incitamento e a realização de protestos ou greves que prejudiquem o trabalho de órgãos públicos e de empresas privadas com penas monetárias ou mesmo, de prisão, apesar da oposição dos grupos de direitos humanos e da juventude revolucionária. A decisão parece ter sido motivada pelo desejo de ter cobertura legal para eventuais ações de repressão, o temor de que as continuadas greves e protestos agravem tanto a crise econômica como, em especial, obstruam a retomada do turismo, principal empregador do país, além do conservadorismo castrense.

O Relatório oficial do Comitê de investigação sobre a Revolução de 25 de janeiro confirmou a morte de pelo menos 846 pessoas durante os conflitos, inclusive 26 policiais e 189 prisioneiros, bem como ferimentos em 6.647 manifestantes, 263 prisioneiros e 30 militares.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa egípcia durante os primeiros anos após o fim da ocupação britânica foi caracterizada pela concertação com os países árabes, no intuito de confrontar o recém-estabelecido Estado de Israel. Em 1945, Egito, Líbano, Síria, Iraque, Jordânia e Arábia Saudita assinaram o Protocolo de Alexandria e cria a Liga dos Estados Árabes (LEA). Três anos mais tarde, inicia-se a 1ª Guerra Árabe-Israelense, que custaria a derrota à coalizão árabe e precipitaria a queda do Rei do Egito, Farouk I, e a instauração da República em 1953.

Sob o Governo de Gamal Abdel Nasser, o Egito buscou manter uma política externa independente e assertiva, comprometendo-se com a causa terceiro-mundista e o processo de descolonização na África e na Ásia, diante de um contexto de acirramento das tensões entre os EUA e a URSS (Nasser foi um dos principais mentores do Movimento dos Países não-Alinhados, criado em 1961). Em 1956, Nasser decide nacionalizar o Canal de Suez, indispondo-se com o Reino Unido e a França. Em represália, os dois países europeus colaboraram com a invasão lançada pelas forças israelenses sobre o território do Sinai. As tensões na região induzem o Egito a traçar novas estratégias de política externa. Em 1958, com o intuito de enfrentar Israel em melhores condições, é criada a República Árabe Unida (RAU), uma confederação entre o Egito e a Síria que duraria apenas 3 anos. Paralelamente, o Egito aproximou-se da URSS, motivado sobretudo pela perspectiva de incrementar o seu poderio bélico, o que lhe era dificultado pelo Ocidente, cioso da integridade do Estado de Israel.

Em meados da década de 1970, o sucessor de Nasser, Anwar Al Sadat, optou por distanciar-se da URSS, solicitando, inclusive, a retirada de seu país de grande contingente de conselheiros soviéticos. A reconquista da península do Sinai após a Guerra do Yom Kippur, em 1973, arrefeceu a animosidade entre Egito e Israel e permitiu que Sadat buscasse uma reaproximação com o Ocidente, particularmente com os EUA. Em setembro de 1978, após intensa mediação do Presidente estadunidense Jimmy Carter, Egito e Israel assinaram os acordos de paz de Camp David e, em março de 1979, o Tratado de Paz Egito-Israel, o que, se por um lado fez com que o Egito reconquistasse a confiança dos países ocidentais, por outro, custou-lhe o isolamento no mundo árabe e sua exclusão da LEA.

Hosni Mubarak deu continuidade à linha de atuação moderada do Egito no plano externo e procurou manter relacionamento equilibrado com Washington e Tel Aviv. Além disso, Mubarak logrou a readmissão do Egito à

Liga Árabe, em 1989. Durante o seu Governo, o Egito participou ativamente da Guerra do Golfo por meio do envio de tropas e colaborou estreitamente com o Ocidente no combate ao terrorismo transnacional. O Egito atuou nas últimas décadas como mediador no processo de paz no Oriente Médio.

O Egito foi membro fundador da Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963 e substituída pela União Africana (UA) em 2002. No continente, particular atenção é atualmente concedida ao Sudão e aos demais países que partilham a Bacia do Nilo, corredor fluvial de fundamental relevância para a economia egípcia. Teme o Cairo que a independência do Sul do Sudão, em 09/07/2011, reforçará a causa dos países à jusante do Nilo, com os quais haveria mais afinidade de interesses.

Nos últimos meses, o Egito tem ocupado lugar de destaque na agenda internacional. O mundo acompanhou atentamente os desdobramentos dos protestos populares que culminaram com a queda de Hosni Mubarak e a ascensão ao poder do Conselho Supremo das Forças Armadas, dando início a um processo de transição política no país.

Ao longo dos quase trinta anos em que permaneceu no poder, Mubarak construiu uma sólida relação com os países ocidentais. O engajamento egípcio no combate ao terrorismo e nas negociações entre Israel e Palestina era retribuído principalmente pela vultosa cooperação militar prestada pelos EUA (cerca de US\$ 1,3 bilhões anuais) e pelo suporte externo ao regime de Mubarak. O Egito se tornara o principal beneficiário da ajuda norte-americana, após Israel.

Durante os primeiros dias de manifestações contra o regime de Mubarak, em janeiro de 2011, as potências ocidentais mantiveram posição cautelosa, pronunciando-se de forma ambígua quanto à situação no país, com receio de que a desestabilização do regime de Mubarak pusesse em risco a aliança de vital importância para o delicado equilíbrio no Oriente Médio.

Com a intensificação dos protestos, a retirada das forças policiais e o emprego de tropas do Exército para garantir a segurança nas ruas, EUA e UE aumentaram o tom de suas declarações, passando a monitorar minuciosamente as autoridades egípcias e exercer pressão sobre o próprio Mubarak, de modo influenciar o curso dos acontecimentos de acordo com os seus interesses. Diante de um regime vacilante, EUA e UE buscavam garantir uma “transição ordeira”, que evitasse a ascensão de lideranças extremistas e assegurasse que o Egito manteria os seus compromissos internacionais, nomeadamente os acordos de paz celebrados com Israel.

A renúncia de Mubarak e a tomada do poder pelo Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) Política foi saudada pela comunidade internacional como o primeiro passo em direção ao estabelecimento de um

regime democrático no país. As semanas seguintes têm sido marcadas por um intenso afluxo de autoridades internacionais ao Egito, dispostas a avaliar "in loco" o processo de transição política, manter contato direto com suas novas lideranças e manifestar apoio à efetiva instituição da democracia no país. Em apenas um mês após a renúncia de Mubarak, visitaram o Egito o Primeiro-Ministro britânico, David Cameron; a Alta Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança, Catherine Ashton; os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Itália, Hungria, Arábia Saudita, Jordânia, Espanha e Austrália; a Secretária de Estado Hillary Clinton; e o Secretário de Defesa dos EUA, Robert Gates. A Secretaria de Estado dos EUA anunciou uma ajuda econômica adicional de até US\$ 240 milhões e revelou detalhes de um pacote de bilhões de dólares em créditos ao setor privado. Por sua vez, o Secretário da Defesa norte-americano reassegurou a Mohamed Tantawy, líder do CSFA, a continuação da ajuda militar ao Cairo, além de levantar a possibilidade de que a ajuda econômica civil fosse ao menos mantida.

Sem prejuízo das garantias concedidas pelo CSFA à comunidade internacional, há sinais de as autoridades egípcias procederão à revisão da política externa egípcia para o seu entorno regional. Recentemente, o Governo egípcio permitiu a passagem de dois navios de guerra iranianos pelo Canal de Suez, o que não ocorria há mais de trinta anos. A decisão, carregada de simbolismo, provocou apreensão entre as autoridades israelenses.

No que tange ao atual conflito na Líbia, o novo Chanceler, El-Arabi, tem reiterado a posição oficial, notando que o Egito aprovou a resolução da Liga dos Estados Árabes em prol da interdição do espaço aéreo para a proteção da população civil, mas ressaltou que o Egito "não interfere em assuntos militares". Aduziu, ainda, que teria rejeitado convite para participar da conferência em Londres sobre a Líbia, pois o Egito estaria concentrando-se na "proteção aos civis". Assim, o Cairo, a despeito da ampla simpatia popular para com a causa rebelde, vem atuando de forma cautelosa durante a crise, possivelmente de modo a evitar eventuais represálias contra seus cidadãos ainda em território líbio.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

No relatório de 2010 do Banco Mundial, o Egito figurava na 94ª posição entre os melhores países para fazer negócios (Brasil: 127º), destacando-se a facilidade para abrir uma empresa (Egito: 18º; Brasil: 128º) e para realizar comércio externo (Egito: 21º; Brasil: 114º). Adicionalmente, os impostos sobre pessoa física e jurídica não superam 20% (chegavam a, respectivamente, 32% e 42% até 2004, ano em que se intensificam as reformas econômicas liberalizantes). Num país cuja Constituição se referia à nação, até 2005, como "Estado Socialista", tratou-se de mudança significativa do quadro.

O PIB nominal do Egito foi de US\$ 216 bilhões (US\$ 500 bilhões, em PPP) e teve crescimento de 5.3% em 2010. 48% da economia está concentrada no setor de serviços, 38% em indústria e 14% em agricultura. A taxa de desemprego em 2010 era de cerca de 10% e a de inflação de 13%. Os principais produtos de exportação egípcios são petróleo e algodão, enquanto os de importação são maquinarias e alimentos.

As repercussões econômicas dos protestos populares e da crise política que se seguiu têm sido significativas. Analistas consideram como certa uma redução considerável de investimentos estrangeiros no país no curto e médio prazos. O Egito constava, até recentemente, na lista N-11 da Goldman Sachs como um dos mercados emergentes mais promissores, à parte os BRICs.

O desemprego atinge um terço dos jovens de até 30 anos, com proporções maiores entre os mais qualificados e de formação universitária, que constituem parcela considerável dos manifestantes que foram inicialmente às ruas pedir a renúncia de Mubarak.

Um enfraquecimento progressivo da moeda local resultará em maior encarecimento dos alimentos, intensificando, no âmbito local, a tendência global de encarecimento das commodities agrícolas. O Egito importa quase dois terços de seus bens alimentícios e é o maior importador de trigo do mundo. A inflação de gêneros de primeira necessidade já supera os 15%, acima do índice oficial de 10,2%. Num país em que 40% da população sobrevive com até US\$ 2 ao dia, o ritmo de aumento dos preços fez a diferença para que camadas mais pobres da sociedade logo se juntassem aos protestos populares.

Entre as maiores prioridades do atual governo de transição figura a restauração da atividade econômica, seriamente abalada pela revolta da população. De acordo com estimativas, o Egito teria perdido cerca de trezentos e dez milhões de dólares por dia desde 25 de janeiro último, quando

os protestos tiveram início. O mercado acionário egípcio perdeu US\$ 12 bilhões em 48 horas, nos dias 26 e 27 de janeiro, o que levou ao fechamento da Bolsa de Valores.

O Governo de transição tem buscado afirmar seu compromisso com o processo de liberalização econômica egípcia, intensificado durante os últimos anos do Governo Mubarak. Busca, assim, aplacar receios dos investidores externos e da própria comunidade empresarial local de que o processo de abertura econômica poderia ser interrompido. É importante ressaltar que as reformas de abertura econômica, consideradas necessárias para dar maior dinamismo à economia egípcia, asfixiada pelo gigantismo estatal, nunca foram populares, pois são associadas ao tráfico de interesses, à corrupção e ao aumento das desigualdades sociais.

O Ministro da Fazenda, Samir Radwan, solicitou, em meio à crise, que a UE perdoasse as dívidas já contraídas e concedesse novos recursos a fundo perdido, "sem condições". Radwan reafirmou, ainda, o compromisso do Governo com a criação de empregos e de incentivo às pequenas e médias empresas. A solicitação extraordinária de Radwan demonstra claramente a existência de crise aguda no setor econômico. Sublinha-se, como exemplo, que a Egypt Air, companhia aérea estatal, chegou a anunciar o cancelamento de 40% de seus vôos, por falta de demanda, nos momentos mais graves da crise.

Em 4/4, o Ministério do Desenvolvimento Econômico anunciou que o PIB egípcio reduziu-se em 1,7% no segundo trimestre do corrente ano fiscal (de outubro a dezembro de 2010) em relação ao trimestre anterior. Ainda assim, representou significativo aumento (6%) em relação ao mesmo período de 2009. No dia seguinte, em 5/4, o Banco Central do Egito (CBE) divulgou nova redução das reservas internacionais do país, para US\$ 30,1 bilhões no final de março passado. Configura-se, assim, uma diminuição mensal de aproximadamente US\$ 3 bilhões desde janeiro último. Analistas estimam que em junho próximo as reservas poderão estar reduzidas a US\$ 24 bilhões. Adicionalmente, as estimativas de crescimento econômico para o ano corrente foram novamente reduzidas, desta vez para 2,5% (antes do levante popular de janeiro último, a estimativa de crescimento era de 6%).

Num país com pouca competitividade na exportação de bens e altamente dependente dos serviços para obtenção de divisas, a situação econômica é agravada pela forte queda das receitas do turismo (com ocupação hoteleira ainda não superior a 25%) e das remessas de expatriados em países em situação de conflito como a Líbia (de onde já retornaram 280 mil egípcios), somada ao adiamento de decisões de investimento resultantes do

panorama político ainda volátil, como é o caso da empresa brasileira Votorantim no setor de cimento.

Por outro lado, parece haver sinais concretos para otimismo, apesar das dificuldades atuais: não houve falências bancárias e o valor da moeda local, embora ainda em trajetória descendente, acumulou redução pouco expressiva em relação ao dólar desde o início do movimento popular que resultou na queda de Hosni Mubarak.

A detenção de Mubarak e filhos por acusações de corrupção, entre outras, é vista por vários formadores de opinião como símbolo de uma gradual separação entre as esferas pública e privada no âmbito da economia egípcia. Uma real evolução nesse sentido, porém, dependerá de reformas que somente poderão ser levadas adiante uma vez definida a correlação de forças no Parlamento a ser eleito em setembro próximo.

Comércio bilateral e investimentos

O Egito é importante parceiro do Brasil. O comércio bilateral ultrapassou US\$ 2,1 bilhões em 2010, o que coloca o país entre os 5 principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano. O comércio bilateral é amplamente superavitário em favor do Brasil. O Egito assinou Acordo de Livre-Comércio com o MERCOSUL em 08/2010, tornando-o o segundo parceiro extrarregional do bloco (o primeiro foi Israel). Os principais produtos de exportação brasileiros são carnes, açúcar e minérios. Em 2010, o Brasil exportou para o Egito US\$ 612 milhões em carnes e comestíveis (31% das exportações), US\$ 490 milhões em açúcar e produtos de confeitaria (25% das exportações) e US\$ 400 milhões em minério (20% das exportações).

Os principais produtos importados do Egito pelo Brasil são adubos, combustíveis e algodão. Em 2010, o Brasil importou do Egito US\$ 100 milhões em adubos (59% das importações), US\$ 23 milhões em combustíveis (14% das importações) e US\$ 10 milhões em algodão (6% das importações).

A Petrobras está em processo de ingressar no mercado de óleo e gás do Egito. Para tanto, a companhia iniciou estudos sobre as características geológicas da região, bem como acerca das condições de mercado e do marco regulatório para o setor de hidrocarbonetos no país.

Outras empresas brasileiras atuam no Egito, entre as quais se destacam: a Marcopolo, que, juntamente com a empresa Ghabbour, firmou acordo em 2008 para construção de ônibus no Egito, com investimento estimado de US\$ 75 milhões; a Randon, que, em 2010, firmou um acordo no valor de US\$ 5 milhões para a montagem de carretas, em conjunto com a empresa egípcia

Egypt Power; e a Bertin, que possui três armazéns frigoríficos em diferentes regiões do Egito.

As empresas brasileiras estão retomando aos poucos suas atividades no Egito, após a renúncia do presidente Mubarak. Depois da paralisação por três semanas da fábrica de carrocerias de ônibus que mantém no Egito com sócio local, a Marcopolo está retomando gradualmente as operações na unidade. A implantação da “GB Pólo”, inaugurada em 2009 na cidade de Suez, exigiu investimentos de US\$ 50 milhões, divididos entre a Marcopolo (49%) e a egípcia GB Auto (51%).

A Randon, por sua vez, também está retomando aos poucos suas operações no Egito. A empresa não tem ativos naquele país, já que os semirreboques rodoviários exportados do Brasil são montados nas instalações do parceiro local, a Egypt Power. Mesmo com a parada temporária, a empresa acredita no cumprimento da meta de exportar 400 a 500 semirreboques por US\$ 5 milhões em 2011 (para o quinto ano de operação no Egito, a projeção é de mil unidades embarcadas, por US\$ 10 milhões).

Os exportadores brasileiros de carne bovina também estão de volta ao Egito. Os dois centros de distribuição da brasileira JBS, maior empresa de carnes do mundo, estão funcionando normalmente, disse a companhia. Durante os protestos, os centros de distribuição, no Cairo e em Alexandria, ficaram fechados.

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se que há 188 brasileiros residindo no Egito, dos quais 138 se encontram em situação imigratória regular e 50 em situação migratória irregular. A rede consular brasileira no país consiste na Embaixada no Cairo e dois Consulados Honorários, um em Alexandria e outro em Port Said.

ATOS BILATERAIS

Título	Data Celebração	Status
Acordo Comercial Provisório (por troca de Notas)	13/05/1930	Denunciado
Acordo Comercial Provisório	01/08/1936	Pendente
Convênio Cultural	08/09/1951	Substituído
Acordo Cultural	17/05/1960	Em vigor
Relatório Final da Comissão Mista Cultural de Cooperação Científica e Técnica	27/01/1973	Pendente
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	31/01/1973	Em vigor
Acordo Comercial	31/01/1973	Em vigor
Declaração Conjunta	01/02/1973	Em vigor
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação	07/03/1985	Em vigor
Comunicado conjunto	11/09/1985	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Científica, sobre Cooperação em Pesquisa Aplicada à Agricultura e Áreas Afins	09/11/1991	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Instituto para Estudos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Egito e o Instituto Rio Branco IRBr do Ministério das Relações Exteriores	09/05/1993	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Turismo	14/11/1996	Em vigor

Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas	09/12/2003	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	09/12/2003	Em vigor
Programa Executivo, ao Acordo Cultural	09/05/2005	Em vigor
Memorando de Entendimento para Promover Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em Países da África	29/07/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Mútua entre Institutos Diplomáticos	29/07/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva	27/12/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico	27/12/2009	Em vigor

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Governo brasileiro ao Governo da Egito.

ANEXOS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Árabe do Egito
Superfície	997.739 Km²
Localização	Nordeste da África
Capital	Cairo
Principais cidades	Cairo, Alexandria, Port Said e Suez
Idioma oficial	Árabe
PIB Nominal (Estimativa 2010)	US\$ 217,4 bilhões
PIB "per capita" nominal (2010)	US\$ 2.569
PIB PPP (Estimativa 2010)	US\$ 496 bilhões
PIB "per capita" PPP (2010)	US\$ 5.862
Moeda	Libra Egípcia

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report March 2011.

(1) os dados do ano fiscal terminam em 30 de junho

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)	78,6	80,1	81,5	83,0	84,6
Densidade demográfica (hab/Km²)	78,8	80,3	81,7	83,3	84,8
PIB nominal (US\$ bilhões) *	107,9	132,2	164,8	187,3	217,2
Crescimento real do PIB (%) ⁽²⁾	6,8	7,1	7,2	4,7	5,1
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%) ⁽³⁾	7,6	9,5	18,3	11,8	11,1
Reservas internacionais (US\$ bilhões) ⁽³⁾	25,6	31,4	33,8	33,9	36,5
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽²⁾	29,4	32,8	32,6	29,5	30,8
Câmbio (EE / US\$) ⁽³⁾	5,73	5,63	5,43	5,55	5,63

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report March 2011.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2010: dado real

(3) 2009: estimativa

* os dados do ano fiscal terminam em 30 de junho

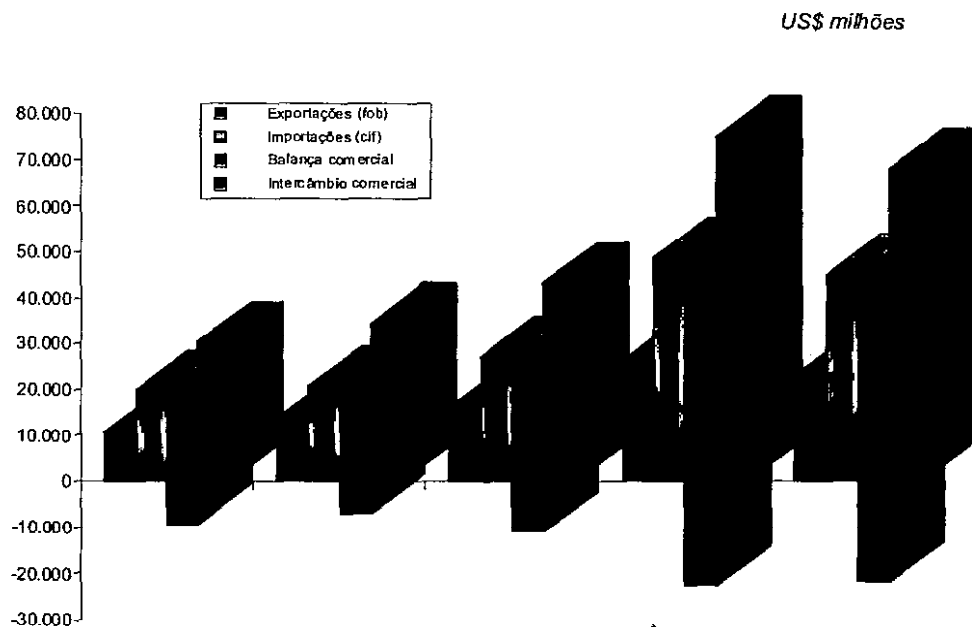
EGITO

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽²⁾
Exportações (fob)	10.646	13.720	16.168	26.233	23.099	19.252
Importações (cif)	19.816	20.722	27.063	48.775	44.946	38.265
Balança comercial	-9.170	-7.002	-10.896	-22.541	-21.847	-19.013
Intercâmbio comercial	30.461	34.443	43.231	75.008	68.045	57.518

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, abril 2011.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

(2) jan - set (última informação disponível)



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - FOB)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES								
Espanha	1.037	6,4%	1.489	5,7%	1.565	6,8%	1.020	5,3%
Itália	1.585	9,8%	2.709	10,3%	1.558	6,7%	1.500	7,8%
Estados Unidos	936	5,8%	1.281	4,9%	1.444	6,3%	1.679	8,7%
Índia	1.823	11,3%	1.659	6,3%	1.420	6,1%	1.186	6,2%
Arábia Saudita	384	2,4%	1.252	4,8%	1.330	5,8%	1.010	5,2%
China	130	0,8%	342	1,3%	988	4,3%	759	3,9%
Libia	248	1,5%	807	3,1%	984	4,3%	747	3,9%
Jordânia	302	1,9%	719	2,7%	934	4,0%	589	3,1%
Suíça	101	0,6%	33	0,1%	903	3,9%	23	0,1%
Reino Unido	394	2,4%	929	3,5%	861	3,7%	600	3,1%
Síria	208	1,3%	558	2,1%	828	3,6%	608	3,2%
França	502	3,1%	787	3,0%	669	2,9%	808	4,2%
Turquia	441	2,7%	781	3,0%	667	2,9%	614	3,2%
Sudão	165	1,0%	547	2,1%	563	2,4%	413	2,1%
Emirados Árabes Unidos	198	1,2%	532	2,0%	558	2,4%	424	2,2%
Alemanha	152	0,9%	443	1,7%	497	2,2%	742	3,9%
Países Baixos	368	2,3%	1.498	5,7%	491	2,1%	305	1,6%
Líbano	327	2,0%	419	1,6%	441	1,9%	323	1,7%
Bélgica	266	1,6%	497	1,9%	384	1,7%	207	1,1%
Irã	49	0,3%	346	1,3%	368	1,6%	280	1,5%
Argélia	59	0,4%	189	0,7%	365	1,6%	277	1,4%
Brasil	19	0,1%	125	0,5%	45	0,2%	114	0,6%
SUBTOTAL	9.694	60,0%	17.943	68,4%	17.864	77,3%	14.229	73,9%
DEMAIS PAÍSES	6.474	40,0%	8.290	31,6%	5.235	22,7%	5.024	26,1%
TOTAL GERAL	16.168	100,0%	26.233	100,0%	23.099	100,0%	19.252	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, abril 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Janeiro-setembro, última posição disponível 27/04/2011.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - CIF)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES								
Estados Unidos	2.572	9,5%	5.673	11,6%	4.744	10,6%	5.185	13,6%
China	1.633	6,0%	4.432	9,1%	3.911	8,7%	5.032	13,1%
Alemanha	1.779	6,6%	3.262	6,7%	3.602	8,0%	3.181	8,3%
Itália	1.125	4,2%	3.023	6,2%	2.652	5,9%	2.953	7,7%
Turquia	458	1,7%	1.175	2,4%	2.347	5,2%	1.916	5,0%
Arábia Saudita	2.238	8,3%	3.102	6,4%	2.015	4,5%	1.769	4,6%
França	575	2,1%	1.336	2,7%	1.598	3,6%	1.721	4,5%
Rússia	1.243	4,6%	2.173	4,5%	1.549	3,4%	1.160	3,0%
Japão	515	1,9%	1.842	3,8%	1.436	3,2%	1.025	2,7%
Ucrânia	711	2,6%	2.010	4,1%	1.339	3,0%	958	2,5%
Índia	534	2,0%	1.758	3,6%	1.258	2,8%	1.018	2,7%
Coreia do Sul	378	1,4%	1.059	2,2%	1.240	2,8%	928	2,4%
Brasil	852	3,1%	1.444	3,0%	1.235	2,7%	1.536	4,0%
Kuwait	1.243	4,6%	1.596	3,3%	1.151	2,6%	1.011	2,6%
Reino Unido	449	1,7%	399	0,8%	983	2,2%	1.206	3,2%
Países Baixos	336	1,2%	730	1,5%	900	2,0%	1.101	2,9%
Espanha	239	0,9%	680	1,4%	822	1,8%	890	2,3%
Bélgica	278	1,0%	797	1,6%	662	1,5%	889	2,3%
Suécia	241	0,9%	757	1,6%	586	1,3%	678	1,8%
Tailândia	222	0,8%	629	1,3%	556	1,2%	630	1,6%
SUBTOTAL	17.621	65,1%	38.877	79,7%	34.586	76,9%	34.786	90,9%
DEMAIS PAÍSES	9.443	34,9%	9.898	20,3%	10.360	23,1%	3.479	9,1%
TOTAL GERAL	27.063	100,0%	48.775	100,0%	44.946	100,0%	38.265	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, abril 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Janeiro-setembro, última posição disponível 27/04/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	9.144	40,9%
Adubos ou fertilizantes	1.186	5,3%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	838	3,7%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	800	3,6%
Vestuário e seus acessórios, de malha	724	3,2%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	669	3,0%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	511	2,3%
Ferro fundido, ferro e aço	486	2,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	449	2,0%
Plásticos e suas obras	426	1,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	356	1,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	340	1,5%
Cobre e suas obras	319	1,4%
Alumínio e suas obras	307	1,4%
Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis	306	1,4%
Produtos químicos inorgânicos e isótopos	289	1,3%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	266	1,2%
Vidro e suas obras	250	1,1%
Produtos cerâmicos	239	1,1%
Cereais	232	1,0%
Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos	218	1,0%
Algodão	216	1,0%
Subtotal	18.571	83,1%
Demais Produtos	3.787	16,9%
Total Geral	22.358	100,0%

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

Egito não informou dados comerciais à UNCTAD. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 27/04/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 ⁽¹⁾	Part % no total
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	8.019	17,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.456	7,3%
Veículos automotores, tratores, ciclos	3.224	6,8%
Ferro fundido, ferro e aço	3.011	6,4%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	2.553	5,4%
Cereais	2.419	5,1%
Plásticos e suas obras	1.654	3,5%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.386	2,9%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	1.302	2,8%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.229	2,6%
Produtos farmacêuticos	1.105	2,3%
Produtos químicos orgânicos	998	2,1%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	948	2,0%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	795	1,7%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	791	1,7%
Sementes e frutos oleaginosos; grãos	768	1,6%
Cobre e suas obras	667	1,4%
Produtos diversos das indústrias químicas	629	1,3%
Borracha e suas obras	553	1,2%
Carnes e miudezas, comestíveis	540	1,1%
Algodão	483	1,0%
Filamentos sintéticos ou artificiais	474	1,0%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	460	1,0%
Vestuário e seus acessórios, de malha	458	1,0%
Subtotal	37.920	80,4%
Demais Produtos	9.257	19,6%
Total Geral	47.178	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

Egito não informou dados comerciais à UNCTAD. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 27/04/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EGITO ⁽¹⁾ (US\$ mil - fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	1.349.483	1.238.382	1.408.639	1.443.981	1.967.533
Variação em relação ao ano anterior	55,4%	-8,2%	13,7%	2,5%	36,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	18,1%	14,4%	13,9%	16,6%	21,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,0%	0,8%	0,7%	0,9%	1,0%
Importações (fob)	37.766	52.765	217.903	87.704	168.816
Variação em relação ao ano anterior	21,3%	39,7%	313,0%	-59,8%	92,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,5%	0,5%	1,4%	1,0%	1,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
Intercâmbio comercial	1.387.249	1.291.147	1.626.542	1.531.685	2.136.349
Variação em relação ao ano anterior	54,2%	-6,9%	26,0%	-5,8%	39,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África	8,9%	6,5%	6,3%	8,9%	10,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,6%	0,5%	0,4%	0,5%	0,6%
Balança comercial	1.311.717	1.185.617	1.190.736	1.358.277	1.798.717

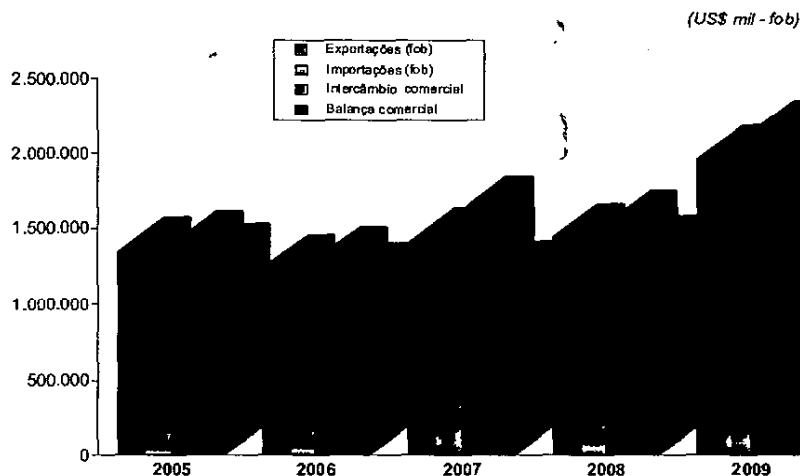
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fronteiras diferentes e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EGITO (US\$ mil, fob)	2010 (jan-mar)	2011 (jan-mar)
Exportações	277.040	400.850
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-9,5%	44,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	15,4%	15,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,7%	0,8%
Importações	10.400	39.883
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	68,6%	283,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,4%	1,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,1%
Intercâmbio Comercial	287.440	440.733
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-6,1%	53,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil África	6,5%	7,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,4%	0,4%
Saldo Comercial	266.640	360.967

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-EGITO 2005 - 2009



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EGITO		2008	%	2009	%	2010	%
(US\$ mil - fob)			no total		no total		no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)							
Carnes e miudezas, comestíveis	256.980	18,2%	281.434	19,5%	612.692	31,1%	
Açúcares e produtos de confeitaria	313.821	22,3%	247.025	17,1%	489.946	24,9%	
Minérios, escórias e cinzas	289.237	20,5%	288.836	20,0%	400.554	20,4%	
Produtos químicos inorgânicos/isótopos	97.526	6,9%	77.862	5,4%	87.167	4,4%	
Cereais	14.470	1,0%	4.840	0,3%	78.364	4,0%	
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	50.561	3,6%	64.246	4,4%	57.679	2,9%	
Veículos automotores, tratores, ciclos	83.873	6,0%	40.529	2,8%	51.780	2,6%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	49.333	3,5%	33.305	2,3%	36.402	1,8%	
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	26.752	1,9%	44.218	3,1%	29.592	1,5%	
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	11.692	0,8%	6.751	0,5%	16.061	0,8%	
Subtotal	1.194.245	84,8%	1.089.045	75,4%	1.860.227	94,5%	
Demais Produtos	214.394	15,2%	354.936	24,6%	107.306	5,5%	
TOTAL GERAL	1.408.639	100,0%	1.443.981	100,0%	1.967.533	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EGITO		2008	%	2009	%	2010	%
(US\$ mil - fob)			no total		no total		no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)							
Adubos ou fertilizantes	109.830	50,4%	56.241	64,1%	99.824	59,1%	
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	29.275	13,4%	81	0,1%	23.293	13,8%	
Algodão	10.234	4,7%	7.469	8,5%	10.107	6,0%	
Produtos químicos inorgânicos/isótopos	7.043	3,2%	6.828	7,8%	4.709	2,8%	
Pele, exceto a peleteria (pele com pelo*), e couros	5.010	2,3%	2.658	3,0%	4.343	2,6%	
Borracha e suas obras	249	0,1%	236	0,3%	4.045	2,4%	
Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas partes	2.040	0,9%	2.443	2,8%	3.502	2,1%	
Plásticos e suas obras	5	0,0%	32	0,0%	3.231	1,9%	
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	41.878	19,2%	2.417	2,8%	2.323	1,4%	
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	3.570	1,6%	1.446	1,6%	1.940	1,1%	
Subtotal	209.135	96,0%	79.851	91,0%	157.316	93,2%	
Demais Produtos	8.768	4,0%	7.853	9,0%	11.500	6,8%	
TOTAL GERAL	217.903	100,0%	87.704	100,0%	168.816	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EGITO (US\$ mil - fob)		2 0 1 0 (jan-mar)	% no total	2 0 1 1 (jan-mar)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Gorduras e óleos animais ou vegetais		8.180	3,0%	107.132	26,7%
Minérios, escórias e cinzas		43.367	15,7%	96.369	24,0%
Carnes e miudezas, comestíveis		55.309	20,0%	59.803	14,9%
Cereais		0	0,0%	39.049	9,7%
Açúcares e produtos de confeitaria		48.789	17,6%	33.872	8,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		7.264	2,6%	14.379	3,6%
Produtos químicos inorgânicos		32.527	11,7%	8.546	2,1%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados		36.258	13,1%	9.509	2,4%
Veículos automíveis, tratores, ciclos		17.397	6,3%	8.099	2,0%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc		9.084	3,3%	4.689	1,2%
Máquinas e aparelhos elétricos		834	0,3%	2.986	0,7%
Produtos químicos orgânicos		1.263	0,5%	1.936	0,5%
Subtotal		260.272	93,9%	387.369	96,6%
Demais Produtos		16.768	6,1%	13.481	3,4%
TOTAL GERAL		277.040	100,0%	400.850	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais		0	0,0%	18.584	46,5%
Adubos ou fertilizantes		495	4,8%	12.612	31,6%
Algodão		1.377	13,2%	2.418	6,1%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia		373	3,6%	1.027	2,6%
Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas partes		711	6,8%	732	1,8%
Vidro e suas obras		69	0,7%	639	1,6%
Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento		697	6,7%	611	1,5%
Plásticos e suas obras		0	0,0%	443	1,1%
Pele, exceto de peleteria e couros		2.166	20,8%	281	0,7%
Produtos químicos inorgânicos		1.675	16,1%	286	0,7%
Subtotal		7.563	72,7%	37.613	94,3%
Demais Produtos		2.837	27,3%	2.270	5,7%
TOTAL GERAL		10.400	100,0%	39.883	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-mar/2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL**

REPÚBLICA DA SOMÁLIA

ABRIL DE 2011**ÍNDICE**

DADOS BÁSICOS	
PERFIS BIOGRÁFICOS	
RELAÇÕES BRASIL-SOMÁLIA	
POLÍTICA INTERNA	
POLÍTICA EXTERNA	
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	
ASSUNTOS CONSULARES	
ATOS BILATERAIS	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	
ANEXOS	

Dados Básicos

NOME OFICIAL	República da Somália
CAPITAL	Mogadíscio (aprox. 1,6 milhões de habitantes)
ÁREA	637.657 Km ²
POPULAÇÃO (2009)*	9,1 milhões
IDIOMA	Somali, árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo sunita
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo (Governo Federal de Transição)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Sheikh Sharif Sheikh Ahmed
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mohamed Abdullahi Mohamed "Farmajo"
CHANCELER:	Mohamed Abdullahi Omaar
PIB (2010)	US\$ 5,896 bilhões (PPP)
PIB "per capita" (2010)*	US\$ 600
EMBAIXADOR PARA O BRASIL:	A ser designado
MOEDA:	Xelim somali

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL → SOMÁLIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-mar)
Intercâmbio	21,67	44,54	44,96	61,52	18,63	9,13	58,25	63,55	0,005
Exportações	21,63	44,34	44,90	61,52	18,63	9,12	58,25	63,54	0,005
Importações	0,04	0,19	0,06	-	0,007	0,009	-	0,002	-
Saldo	21,58	44,14	44,84	61,52	18,62	9,11	58,25	63,54	0,005

PERFIS BIOGRÁFICOS**SHEIKH SHARIF SHEIKH AHMED**

Presidente da Somália

Nascido em 1964, na região de Shabelle. Durante os anos 80, estudou Língua Árabe e Lei Islâmica (Sharia) em Universidades da Líbia e do Sudão. Trabalhou como professor de árabe, geografia e religião na cidade de Jubba, Somália. Em 2002 foi para Jowar, onde se associou à União das Cortes Islâmicas (UCI). Em 2006, forças militares etíopes desbarataram a UCI. Sheikh Ahmed entregou-se às Forças de Segurança do Quênia, após seu grupo ser derrotado. Entre 2007-8, esteve exilado na Eritreia. Tornou-se líder do grupo Aliança para Re-liberação da Somália (ARS). O processo de paz apoiado pela ONU trouxe Sheikh Ahmed para o centro das negociações com o Governo Federal de Transição. Membros da ARS e o próprio Sheikh Ahmed foram integrados ao Parlamento. Em 31 de janeiro de 2009, um mês após contendas entre o Primeiro-Ministro e o Presidente à época, Abdullahi Yusuf, Sheikh Ahmed foi eleito Presidente pelo Parlamento somali.

MOHAMED ABDULLAHI MOHAMED “FARMAJO”

Primeiro-Ministro da Somália

Mohamed Abdullahi Mohamed, também conhecido como “Farmajo”, nasceu em Mogadíscio, em 1962. De 1985 a 1988, serviu como Primeiro-Secretário na Embaixada da Somália em Washington. Chegou a trabalhar no Ministério das Finanças da Somália antes do início da guerra civil somali, em 1991. Em 1993, graduou-se em História pela Universidade de Nova York. Titular de cidadania americana, Farmajo foi Comissário da Autoridade Municipal de Habitação de Buffalo (NY), de 1994 a 1997. Entre 2000 e 2002, trabalhou na Divisão de Oportunidade Igualitária de Emprego do Condado de Erie (NY). De 2002 a 2010, foi Comissário para o Emprego Igualitário do Departamento dos Transportes do Estado de Nova York. Assumiu como Primeiro-Ministro da Somália em outubro de 2010, sucedendo a Omar Sharmanke.

MOHAMED ABDULLAHI OMAAR

Ministro dos Negócios Estrangeiros da Somália

Mohamed Abdullahi Omaar nasceu em 1953, de uma rica família somali. Estudou na Universidade de Oxford. Foi designado para o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em novembro de 2010.

RELAÇÕES BRASIL-SOMÁLIA

Devido à instabilidade local e a fragilidade do Governo Federal de Transição (GFT), é pouco expressivo o relacionamento bilateral, sendo poucos os contatos entre os dois países. A Embaixada do Brasil junto à Somália é cumulativa com a Embaixada residente do Brasil no Cairo. Por sua vez, a representação da Somália junto ao Brasil se faz pela Missão Permanente daquele país junto às Nações Unidas.

Não há registro de intercâmbio de visitas oficiais, acordos ou iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Somália. Pelos dados disponíveis, sabe-se que a empresa brasileira ENCAL S.A. atuou na Somália em 1981, quando efetuou levantamento aerofotográfico de parte do território somali.

O intercâmbio comercial é modesto e dominado pelas exportações brasileiras, compostas basicamente por açúcar de cana. Em 2010, o valor total do comércio bilateral foi de US\$ 63,55 milhões, dos quais US\$ 63,45 milhões foram de exportações brasileiras e apenas US\$ 2,3 mil de exportações somalianas.

O Brasil acompanha com apreensão a situação na Somália e tem atuado no âmbito do CSNU em favor da consolidação do Governo Federal de Transição (GFT) e do reforço do papel da Missão da União Africana na Somália (AMISOM) no processo de pacificação do país. Ademais, o Brasil tem-se engajado na busca de uma solução para o combate eficaz à pirataria nas imediações da costa somali, enfatizando os aspectos socioeconômicos envolvidos (combate à pesca ilegal e o despejo de resíduos tóxicos na zona costeira somali) e o fortalecimento e capacitação das instâncias judiciais da Somália e países vizinhos, em concordância com os esforços da AMISOM.

POLÍTICA INTERNA

A Somália tornou-se independente em julho de 1960, a partir de uma fusão da Somalilândia britânica com a Somalilândia italiana. Após o assassinato do Presidente Abdirashid Ali Shermarke, em 1969, o comandante das Forças Armadas, General Siad Barre, liderou um golpe de estado sem oposição.

Em 1976 o *Somali Revolutionary Socialist Party* (SRSP), liderado por Siad Barre, consolidou o unipartidarismo no país e, em 1979, foi promulgada a última Constituição. No ano seguinte, o SRSP foi substituído pelo *Supreme Revolutionary Council* (SRC), de viés mais autoritário.

Em fins da década de 1980, a crise econômica acirrou-se, assim como a repressão por parte do Estado. Em 1991, o Presidente Barre foi derrubado por grupos armados do norte e do sul do país. O *Somali Manifesto Group* (Manifesto) apontou Ali Mahdi Muhammed para exercer a função de Presidente interino até as eleições, mas não foi aceito pelo *United Somali Congress* (do General Mohamed Farrah Aidid), pelo *Somali National Movement* e pelo *Somali Patriotic Movement*. A incapacidade de formar um governo de coalizão deflagrou uma guerra civil, que perdura até os dias de hoje.

A parte noroeste do país, a Somalilândia, com capital em Hargeisa, declarou-se independente em 1991 e vem gozando de relativa estabilidade, mas não é reconhecida internacionalmente. Em 2003, realizou-se a primeira eleição presidencial da Somalilândia, com a vitória de Dahir Riyale Kahin.

De 1992 a 1995, missões da ONU foram enviadas à Somália para contribuir com os esforços de ajuda humanitária e estabilização administrativa: a UNOSOM I (autorizada pelas Resoluções do CSNU 733 e 746), a UNITAF (Resolução 794) e a UNOSOM II (Resolução 814). A ONU retirou-se da Somália em março de 1995 em cenário de plena guerra civil.

Em 2000, líderes regionais somalis formaram, em conferência no Djibuti, um governo de transição – o *Transitional National Government* (Governo Nacional de Transição - TNG) –, elegendo como mandatário Abdulkassim Salat Hassan, com o objetivo de mediar negociações entre as milícias. Durante seus quatro anos de existência, o TNG pouco avançou em seu objetivo. Em 2004, líderes somalis reunidos em Nairóbi decidiram reconfigurar o Governo, que passou a se chamar *Transitional Federal Government* ou Governo Federal de Transição (GFT).

A incapacidade do GFT de impor a sua autoridade sobre toda a extensão do território somali levou o Conselho de Paz e Segurança da União Africana a criar, em 2007, a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), cujo mandato, inicialmente previsto para durar 6 meses, tem-se estendido até hoje.

O GFT depende, para sua manutenção, do apoio da AMISOM, tendo em vista que a desestrutura de suas próprias tropas, leais aos clãs tradicionais. Atualmente, o GFT controla apenas a parte litorânea da capital e algumas áreas no sul do país. Na prática, a maior parte do território está sob o controle de facções armadas de cunho étnico-tribal, contra ou pró-GFT, que freqüentemente combatem entre si.

Dentre os grupos armados somalis, destacam-se pelo seu raio de atuação e o seu poder de fogo as facções *Al-Shabab* (“Juventude”) e *Hizbul Islam* (“Partido do Islã”), ambas de viés fundamentalista islâmico e nacionalista, que disputam o controle das regiões sul e centro do país. Os sucessivos combates entre as duas facções têm desalojado milhares de pessoas e provocado um grande deslocamento de refugiados dentro do próprio território somali e em direção aos países vizinhos, principalmente Quênia e Etiópia. Suspeita-se que tais facções agreguem células terroristas da Al-Qaeda, o que é motivo de apreensão para as potências ocidentais, em especial os EUA.

Em meio à tragédia humanitária, tem-se verificado um lento, porém contínuo avanço das forças aliadas do GFT nas áreas controladas pelos insurgentes. Deve-se ressaltar que os êxitos no combate às facções rebeldes devem ser creditados ao reforço recebido pela AMISOM e ao crescente envolvimento de tropas etíopes nos combates na região centro-sul do país.

Além dos constantes assédios dos grupos insurgentes, disputas internas têm ameaçado o delicado arranjo político em que se funda o GFT, determinado em grande escala pelos vínculos tribais que permeiam a sociedade somali. Em setembro de 2010, o ex-Primeiro-Ministro Omar Sharmake anunciou a sua renúncia, “após considerar a crise política no Governo e o aumento da insegurança na Somália”. Sharmake havia se indisposto com o Presidente Sheik Ahmed quanto à nomeação dos integrantes da comissão independente encarregada de elaborar uma nova constituição para o país. Avalia-se que a demissão de Sharmake está ligada à manutenção do equilíbrio de poder clânico dentro do GFT.

Em novembro de 2010, Mohamed Abdullahi “Farmajo” foi confirmado pelo Parlamento no cargo de Primeiro-Ministro, após a nomeação do Presidente Sheik Ahmed. A aprovação de Farmajo (297 votos a favor e 92 contra) fora retardada em razão de disputa entre o Presidente Sheik Ahmed e o Presidente do Parlamento, Sharif Hassan Aden, sobre os procedimentos para sua confirmação. Apenas ocorreu após forte pressão do Embaixador

Augustine Mahiga, Enviado Especial da ONU, que estivera em Mogadíscio com esse intuito. Farmajo, que pertence ao mesmo clã do seu antecessor, logrou a aprovação em pouco tempo de um novo Gabinete ministerial, a despeito das contínuas tensões políticas no Parlamento. Dos 550 parlamentares, apenas 343 estavam presentes à sessão, e 251 apoiaram o novo Gabinete, em claro indicador de sua fragilidade política. O apoio de Sharif Hassan Aden foi considerado essencial para sua aprovação, a despeito de suas divergências anteriores com o Presidente Sheik Ahmed. Farmajo declarou que o foco do Governo será "alcançar acordo sobre uma [nova] constituição e sobre arranjos para a formação de novo Governo para substituir o GFT", cujo término está previsto para agosto de 2011.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa somali é direcionada principalmente para os esforços de pacificação interna e a consolidação do Governo Federal de Transição (GFT) como a legítima autoridade sobre o país.

Logo, a atuação em foros multilaterais, principalmente no âmbito da ONU e da UA, é de vital importância para a diplomacia somali. Graças às forças da Missão de Paz da União Africana para a Somália (AMISOM), criada em 2007, o GFT sobrevive até hoje, ainda que dispondo de autoridade circunscrita a limitadas porções do território do país. Em dezembro de 2010, o CSNU estendeu o mandato da AMISOM até 30/09/2011 e autorizou um acréscimo de 4.000 militares ao seu contingente, que passará de 8 mil para 12 mil homens, ainda aquém dos 20 mil pleiteados pela União Africana. Vale notar que, a despeito das contribuições de Estados-Membros da UA e do CSNU, déficits substantivos de recursos têm afetado o desempenho da AMISOM.

As consequências devastadoras provocadas pela longa guerra civil, aliadas a recorrentes secas e outras calamidades naturais impelem a diplomacia somali a buscar incessantemente assistência humanitária dos principais países doadores e organizações internacionais, como o PMA e o ACNUR. Estima-se que cerca de 43% da população somali depende da ajuda humanitária internacional que, não obstante, tem sido freqüentemente dificultada pela ação de grupos armados, notadamente o *Hizbul Islam* e o *Al-Shabaab*.

As relações com os países vizinhos são complexas e têm repercussão direta sobre o conflito interno. Aproveitando-se do limitado controle que o

GFT e a AMISOM detêm sobre o território da Somália, opositores armados cruzam frequentemente a extensa e porosa fronteira somali, principalmente ao sul, onde estão as divisas com a Etiópia e o Quênia. Lá encontram refúgio e apoio de somalis da diáspora e grupos criminosos transnacionais, que os abastecem de armas e munições.

A Etiópia teme que a instabilidade na Somália dissemine-se pelas fronteiras e incite movimentos separatistas a leste do seu território. O Governo Federal etíope lança regularmente operações contra grupos armados somalis na região de fronteira e há relatos de que algumas incursões etíopes teriam invadido o território somali.

O Quênia, por sua vez, vê com apreensão o conflito na Somália em razão da grande comunidade de expatriados somalis em seu território, especialmente ao norte, onde se concentra um grande número de refugiados provenientes do país vizinho. A deterioração da situação humanitária na Somália poderia levar ao aumento do fluxo de refugiados somalis em direção às suas fronteiras.

Há ainda suspeitas de que a Eritreia possa ser campo de treinamento e fonte de financiamento para atividades de grupos guerrilheiros somalis, o que tem sido objeto de investigação no âmbito das Nações Unidas por parte do Grupo de Monitoramento relativo à Somália e à Eritreia.

Embora reconheçam o GFT como a legítima autoridade somali, os Estados Unidos parecem ter-se inclinado a uma nova abordagem para a Somália. Em oposição à estratégia anterior, concentrada no apoio ao GFT, a chamada estratégia dual (“dual track”) baseia-se num maior engajamento direto com as regiões autônomas da Somalilândia e da Puntlândia, ao norte, e com clãs amistosos no centro e no sul do país. A estratégia dual estadunidense parece vir em resposta aos poucos avanços alcançados pelo GFT até o momento no combate aos insurgentes somalis, e, sobretudo, em razão do temor de que a Al Qaeda ganhe terreno na região.

A pirataria tem sido outra questão de destaque na Somália. O SGNU circulou, em julho, relatório solicitado pela Resolução 1918 (2010) sobre “possíveis opções para facilitar o julgamento e a prisão de suspeitos de pirataria e roubo armado no mar nas imediações da costa da Somália”.

Em 23/11/2010, foi aprovada a Resolução 1950, que buscou solução de compromisso, tendo em vista o interesse no eventual estabelecimento de um tribunal internacional para o julgamento de suspeitos de pirataria nas imediações da costa da Somália, bem como a preferência de diversas delegações, inclusive a brasileira, por linguagem que desse maior ênfase na atuação das instâncias jurídicas nacionais no combate à pirataria.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Somália é um dos países mais pobres do mundo. A longa guerra civil, que já dura mais de duas décadas, impede que a economia do país se diversifique e cresça de forma sustentável. Estima-se que cerca de 43% da população somali dependa da ajuda humanitária internacional para sobreviver.

Boa parte da população economicamente ativa dedica-se à agricultura, ao pastoreio e, em menor medida, à pesca. Logo, o bom desempenho da economia somali é altamente condicionado pelas condições climáticas: baixos índices pluviométricos impõem consequências desastrosas para a população, agravando ainda mais a crise humanitária no país.

As principais exportações da Somália são gado em pé, couro, carvão e banana. As importações constituem-se basicamente de gêneros alimentícios básicos, como o açúcar, o milho e o sorgo. Em 2010, os principais destinos das exportações somalis foram os EAU, o Iêmen e o Omã, enquanto que os seus principais fornecedores foram o Djibuti, o Quênia e o Paquistão. No mesmo ano, o Brasil figurou como o quarto maior exportador para a Somália, graças principalmente às exportações de cana-de-açúcar.

Apesar da instabilidade política, o setor de telecomunicações tem crescido significativamente na Somália durante os últimos anos. Outra importante fonte de renda para a economia do país são as remessas de expatriados somalis, cujo número se estima em cerca de 8 milhões.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há registro de brasileiros residentes na Somália. Tampouco existe uma rede de Consulados Honorários do Brasil no país. Os assuntos consulares pertinentes à Somália são de responsabilidade da Embaixada do Brasil no Cairo, que exerce por cumulatividade a função de Embaixada do Brasil para a Somália.

ATOS BILATERAIS

Não há tratado internacional assinado entre o Brasil e a Somália.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil à Somália.

ANEXOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República Democrática Somali
Superfície	637.600 Km ²
Localização	Leste da África
Capital	Mogadiscio
Principais cidades	Mogadiscio, Hargeysa, Gaalkacyo, Kismaayo
Idioma oficial	Somali, árabe
PIB Nominal (2009 - World Bank)	US\$ 2,3 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2009 - World Bank)	US\$ 252
PIB PPP (2009 - World Bank)	US\$ 5,8 bilhões
PIB PPP "per capita" (2009 - World Bank)	US\$ 600
Moeda	Xelim Somaliano

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report November 2010.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009
População (em milhões de habitantes)	8,3	8,4	8,7	9,0	9,1
Densidade demográfica (hab/Km ²)	13,0	13,2	13,6	14,1	14,3
Crescimento real do PIB (%) ⁽¹⁾	n.d.	n.d.	n.d.	2,6	2,6
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ bilhões)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	2,75	2,84	2,84	2,94	n.d.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report November 2010.

(n.d.) Dado não disponível.

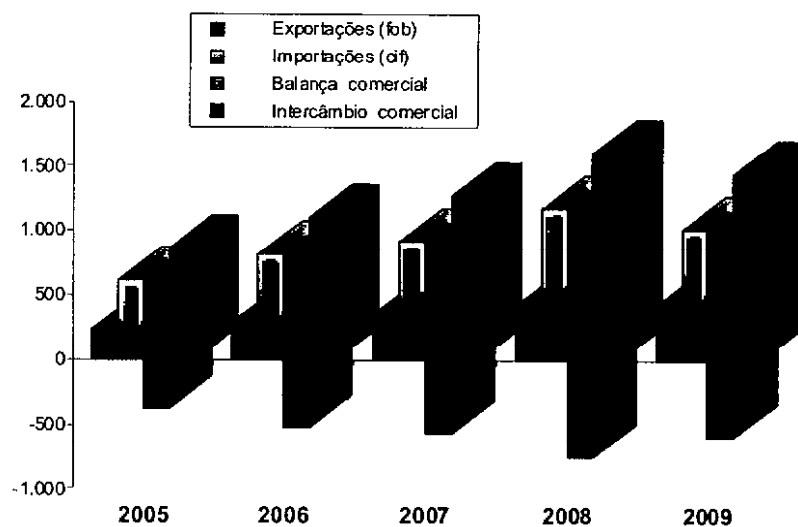
(1) Cita World Factbook

COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	243	292	354	427	431	341
Importações (cif)	616	815	920	1.180	1.021	787
Balança comercial	-373	-523	-566	-753	-590	-446
Intercâmbio comercial	859	1.107	1.274	1.607	1.452	1.128

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, March 2011.

(1) Janeiro-setembro.

(2) Última posição disponível em 04/03/2011.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Emirados Árabes Unidos	193	54,5%	244	57,0%	228	53,0%	121	35,6%
Iêmen	80	22,5%	91	21,3%	80	18,5%	41	12,0%
Omã	7	2,0%	13	2,9%	58	13,4%	31	9,2%
Arábia Saudita	13	3,5%	16	3,7%	15	3,4%	8	2,2%
Nigéria	12	3,3%	15	3,4%	14	3,2%	7	2,2%
Kuwait	9	2,6%	12	2,8%	11	2,6%	6	1,8%
Bareine	7	1,9%	8	1,8%	7	1,5%	3	1,0%
Paquistão	6	1,8%	7	1,7%	4	1,0%	3	0,9%
Índia	9	2,7%	9	2,0%	3	0,8%	2	0,4%
Costa do Marfim	1	0,4%	1	0,2%	2	0,4%	0	0,1%
<i>Brasil</i>	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
SUBTOTAL	337	95,1%	414	96,9%	422	97,8%	223	65,3%
DEMAIS PAÍSES	17	4,9%	13	3,1%	9	2,2%	118	34,7%
TOTAL GERAL	354	100,0%	427	100,0%	431	100,0%	341	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPREIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, March 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Janeiro-setembro.

(2) Última posição disponível em 04/03/2011.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Djibuti	305	33,2%	348	29,5%	305	29,8%	139	17,6%
Quênia	80	8,7%	91	7,7%	80	7,8%	40	5,1%
China	29	3,2%	44	3,7%	74	7,3%	25	3,2%
Paquistão	5	0,5%	6	0,5%	72	7,0%	39	4,9%
<i>Brasil</i>	0	0,0%	10	0,9%	65	6,4%	38	4,9%
Iêmen	49	5,3%	56	4,8%	49	4,8%	25	3,2%
Omã	46	5,0%	67	5,7%	47	4,6%	26	3,3%
Emirados Árabes Unidos	50	5,4%	65	5,5%	46	4,5%	24	3,1%
Egito	2	0,2%	7	0,6%	25	2,5%	12	1,6%
Índia	124	13,5%	113	9,6%	20	1,9%	10	1,2%
Tailândia	1	0,1%	15	1,2%	18	1,8%	2	0,2%
Arábia Saudita	17	1,8%	22	1,8%	15	1,5%	9	1,2%
Ucrânia	0	0,0%	2	0,2%	14	1,4%	0	0,0%
França	4	0,4%	14	1,2%	13	1,3%	1	0,1%
Malásia	17	1,8%	29	2,4%	13	1,2%	8	1,0%
África do Sul	1	0,1%	29	2,4%	5	0,5%	2	0,3%
Estados Unidos	23	2,5%	71	6,0%	5	0,4%	0	0,0%
Países Baixos	4	0,4%	3	0,2%	4	0,4%	2	0,3%
Turquia	3	0,3%	9	0,8%	4	0,4%	3	0,4%
SUBTOTAL	759	82,5%	1.001	84,8%	872	85,4%	407	51,7%
DEMAIS PAÍSES	161	17,5%	179	15,2%	149	14,6%	380	48,3%
TOTAL GERAL	920	100,0%	1.180	100,0%	1.021	100,0%	787	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPREIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, March 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Janeiro-setembro.

(2) Última posição disponível em 04/03/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2009 ⁽¹⁾	
		Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)			
Animais vivos		136	54,0%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas		36	14,3%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira		34	13,5%
Carnes e miudezas comestíveis		15	6,0%
Pele, exceto a peleteria (pele com pelo), e couros		7	2,8%
Peixes e crustáceos, moluscos		6	2,4%
Subtotal		234	92,9%
Demais Produtos		18	7,1%
Total Geral		252	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)			
Açúcares e produtos de confeitaria		133	13,0%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis		127	12,4%
Cereais		81	7,9%
Máquinas, aparelhos e material elétricos		64	6,3%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural		51	5,0%
Matérias para entrançar e outros produtos de origem vegetal		50	4,9%
Produtos das indústrias de moagem, malte, amidos		43	4,2%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos		40	3,9%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados		34	3,3%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões		34	3,3%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais		33	3,2%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios		26	2,5%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento		22	2,2%
Subtotal		738	72,2%
Demais Produtos		284	27,8%
Total Geral		1.022	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/tradeMap.

A Somália não informou dados comerciais ao banco de dados do Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição anual disponível em 04/03/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SOMÁLIA ⁽¹⁾		2006	2007	2008	2009	2010
(US\$ mil, fob)						
Exportações (fob)		61.526	18.632	9.128	58.251	63.549
Variação em relação ao ano anterior		37,0%	-69,7%	-51,0%	538,2%	9,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África		0,8%	0,2%	0,1%	0,7%	0,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações (fob)		1	7	9	1	2
Variação em relação ao ano anterior		n.a.	n.a.	26,0%	-91,3%	187,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial		61.527	18.639	9.137	58.252	63.551
Variação em relação ao ano anterior		36,8%	-69,7%	-51,0%	537,5%	9,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África		0,4%	0,1%	0,0%	0,3%	0,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial		61.525	18.625	9.119	58.250	63.547

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

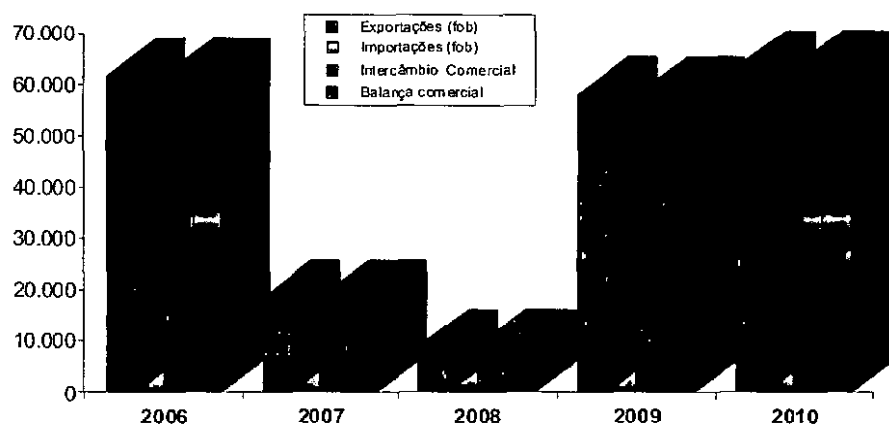
(n.a.) Criação não aplicável.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SOMÁLIA		2010	2011
(US\$ mil, fob)		(jan)	(jan)
Exportações		606	0
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		15050,0%	-100,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África		0,1%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,0%	0,0%
Importações		1	2
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		-88,9%	100,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África		0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial		607	2
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		4569,2%	-99,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África		0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,0%	0,0%
Balança Comercial		605	-2

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SOMÁLIA 2006 - 2010

(US\$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SOMÁLIA		2008	%	2009	%	2010	%
(US\$ mil - fob)			no total		no total		no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)							
Açúcares e produtos de confeitaria	8.986	98,4%	58.077	99,7%	63.512	99,9%	
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	137	1,5%	0	0,0%	21	0,0%	
Outros artefatos têxteis confeccionados	5	0,1%	30	0,1%	16	0,0%	
Subtotal	9.128	100,0%	58.107	99,8%	63.549	100,0%	
Demais Produtos	0	0,0%	144	0,2%	0	0,0%	
TOTAL GERAL	9.128	100,0%	58.251	100,0%	63.549	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SOMÁLIA		2008	%	2009	%	2010	%
(US\$ mil - fob)			no total		no total		no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)							
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	0	0,0%	0	0,0%	2,3	100,0%	
Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	9,2	100,0%	0	0,0%	0,0	0,0%	
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	0,0	0,0%	0,8	100,0%	0,0	0,0%	
Subtotal	9,2	100,0%	0,8	100,0%	2,3	100,0%	
Demais Produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
TOTAL GERAL	9,2	100,0%	0,8	100,0%	2,3	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SOMÁLIA		2010	%	2011	%
(US\$ mil - fob)		(jan)	no total	(jan)	no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Açúcares e produtos de confeitaria	585	96,5%	0	0,0%	
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural, etc	21	3,5%	0	0,0%	
Subtotal	606	100,0%	0	0,0%	
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%	
TOTAL GERAL	606	100,0%	0	0,0%	
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Óleos essenciais e outros sucos e extratos vegetais	1	100,0%	0	0,0%	
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	0	0,0%	2	100,0%	
Subtotal	1	100,0%	2	100,0%	
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%	
TOTAL GERAL	1	100,0%	2	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan/2011.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA PARA ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA- III**

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

ESTADO DA ERITRÉIA

ABRIL DE 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	
PERFIS BIOGRÁFICOS	
RELAÇÕES BRASIL-ERITRÉIA	
POLÍTICA INTERNA	
POLÍTICA EXTERNA	
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	
ASSUNTOS CONSULARES	
ATOS BILATERAIS	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	
ANEXOS	

Dados Básicos

NOME OFICIAL:	Estado da Eritreia
CAPITAL:	Asmara (aprox. 579 mil habitantes)
ÁREA:	124.320 km ²
POPULAÇÃO (2010):	5,2 milhões
IDIOMAS:	Tigrynia, árabe e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo, Cristianismo copta
SISTEMA POLÍTICO:	Governo transitório
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Isaias Afewerki
CHEFE DE GOVERNO:	Presidente Isaias Afewerki
CHANCELER:	Osman Saleh Mohammed
PIB (2010):	US\$ 2,25 bilhões (nominal) US\$ 3,59 bilhões
PIB PER CAPITA (2010):	US\$ 424 (nominal) US\$ 676
UNIDADE MONETÁRIA:	Nakfa
EMBAIXADOR PARA O BRASIL:	Não há
COMUNIDADE BRASILEIRA NO PAÍS (est.):	Não há registro de brasileiros na Eritreia

Fontes: DIC/MRE; FMI

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL => ERITRÉIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	0,02	0,03	8,94	7,43	9,15	4,26	29,25	20,82
Exportações	0,02	0,03	8,94	7,39	9,14	4,25	29,24	20,81
Importações	-	-	-	0,04	0,01	0,007	0,009	0,01
Saldo	0,02	0,03	8,94	7,35	9,13	4,25	29,23	20,80

PERFIS BIOGRÁFICOS**ISAIAS AFEWERKI****Presidente**

Isaias Afewerki foi designado Presidente da Eritreia independente em 1993, pelo parlamento. Eleições democráticas estavam previstas para 1997, mas nunca se realizaram. Seu partido, a Frente Popular para a Democracia e Justiça, é o único com permissão para operar no país. Nascido em 1946 em Asmara, Afewerki juntou-se à Frente para Libertação da Eritreia (ELF) em 1966 e recebeu treinamento militar na China. Em 1970, ajudou a fundar a Frente Popular para Libertação da Eritreia (EPLF), de que se tornou Secretário-Geral em 1987.

OSMAN SALEH MOHAMMED**Ministro dos Negócios Estrangeiros**

Osman Saleh Mohammed nasceu em 1948. Graduou-se Bacharel em Ciências pela Universidade Hailé Selassié I, de Adis Abeba. Foi Diretor das escolas de refugiados estabelecidas no Sudão da Frente de Libertação do Povo Eritreia. De 1987 a 1992, foi Comissário para os Refugiados Eritreus. Desde 1993, é membro do Diretório Executivo da Frente Popular pela Democracia e Justiça (FPDJ) e membro da Assembléia Nacional da Eritreia. Por seu reconhecido envolvimento em projetos educacionais, foi designado o primeiro Ministro da Educação da história da Eritreia. Exerceu o cargo de 1993, ano em que a Eritreia obteve sua independência da Etiópia, até 2007, quando assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BRASIL-ERITRÉIA

As relações bilaterais entre Brasil e Eritréia resumem-se basicamente ao comércio. Somente há registro de intercâmbio comercial entre os dois países a partir de 2002, ano em que foram registradas trocas de apenas US\$ 2,9 mil, graças unicamente a exportações brasileiras.

O ano de 2005 testemunhou forte impulso nas relações comerciais bilaterais, com volume de comércio total de aproximadamente US\$ 9 milhões, em oposição aos US\$ 29 mil registrados em 2004. Somente em 2006 foram registradas as primeiras exportações eritréias, quando foram importados pelo Brasil US\$ 41,93 mil. No ano de 2009, a despeito dos efeitos adversos da crise financeira sobre o comércio mundial, houve, proporcionalmente, expressivo crescimento das exportações brasileiras à Eritréia, que alcançaram a cifra de US\$ 29,24 milhões.

As vendas de açúcar compõem a maior parte da pauta de exportação brasileira à Eritréia. Figuram em segundo plano principalmente as vendas de peças para automóveis. Por sua vez, as exportações eritréias compõem-se de peças de vestuário (camisas de algodão masculinas), aparelhos para filtragem de líquidos e material hemático hospitalar.

Em fevereiro de 2010, visitou o Brasil o Ministro das Minas e Energia da Eritréia, Ahmed Haji, na condição de portador de carta do Presidente Isaias Afwerki ao Presidente Lula. Acompanhado pelo Representante da Eritréia junto à ONU, o Embaixador Araya Desta, o Ministro Haji manteve encontros com o Assessor Especial para Assuntos Internacionais do MME, Embaixador Rubem Barbosa, e com o Subsecretário-Geral Política-III do Itamaraty. Foram abordadas perspectivas de formação de parcerias para a exploração minérios na Eritréia e a questão das sanções adotadas pelo CSNU contra o país.

POLÍTICA INTERNA

A Eritréia foi colônia italiana de 1889 a 1943, quando o seu território passou a ser administrado pelo Império Britânico após a derrota da Itália na II Guerra Mundial. Em 1952, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou resolução que previa a criação de uma Federação entre a Etiópia e a Eritréia, com base nos vínculos históricos, culturais e econômicos existentes entre os dois territórios. A resolução, que seria implementada no mesmo ano de sua adoção, contou à época com o patrocínio dos EUA e do Reino Unido, que visavam compensar a Etiópia por sua colaboração com os aliados durante a II

Guerra e, sobretudo, sustar avanços da URSS sobre a estratégica região do Chifre da África.

A Federação entre Etiópia e Eritreia foi contestada desde o início por grupos opositores eritreus, para os quais a resolução da AGNU não correspondia aos anseios de auto-determinação do povo da Eritreia. Em 1962, após ordenar o fechamento do Parlamento eritreu, o Imperador Hailé Selassié anexa unilateralmente o território da Eritreia. Inicia-se a partir de então o conflito armado pela independência da Eritreia, capitaneado pelos integrantes da Frente de Liberação da Eritreia (ELF, em inglês), movimento fundado por expatriados eritreus residentes no Cairo, em 1960.

A guerra pela independência da Eritreia perduraria mesmo após a deposição do Imperador Hailé Selassié em 1974. O “Derg” (junta militar de ideologia marxista liderada por Mengistu Hailé Mariam) intensificaria a repressão aos independentistas eritreus ao longo dos anos 1970 e 1980.

Em 1972, divergências entre as lideranças da ELF levaram à criação da Frente de Liberação do Povo Eritreu (EPLF, em inglês). Os anos seguintes seriam marcados por sucessivos enfrentamentos entre as duas facções pelo comando da resistência contra a ocupação etíope. Apenas ao final dos 1970, a EPLF, liderada pelo atual Presidente Isaias Afewerki, lograria impor a sua supremacia sobre os demais grupos armados da Eritreia.

O fim da ditadura de Mengistu, em 1991, abriu caminho para o estabelecimento de negociações de paz entre a Eritreia e a Etiópia, com o firme apoio dos EUA. Como resultado, realizou-se em 1993, sob os auspícios das Nações Unidas, referendo em que a esmagadora maioria da população da Eritreia (99,83%) votou em favor da independência do país. Naquele mesmo ano, a Eritreia declarou a sua independência. A EPLF, facção dominante no país liderou os trabalhos de convocação da Assembléia Nacional e reconfigurou-se como partido político de modo a acomodar novos segmentos da sociedade eritreia, passando então a denominar-se Frente Popular pela Democracia e Justiça (PFDJ, em inglês). Em maio de 1993, Isaias Afewerki, antigo militante da EPLF, foi designado Presidente da Eritreia pela Assembléia Nacional.

Nos anos seguintes, a PFDJ ampliaria o seu controle sobre a Eritreia e se firmaria como o único partido político legal do país. Em 1997, uma Constituição, que previa inclusive a adoção do pluralismo político, foi aprovada pela Assembléia, sem contanto ter sido implementada até os dias de hoje. As eleições nacionais, previstas para aquele mesmo ano, não chegaram a realizar-se, tendo sido adiadas para 2001.

A delicada conjuntura externa e o caráter incipiente das instituições do país concorreram para que o Presidente Isaias Afewerki, a frente da PFDJ,

consolidasse progressivamente o seu poder em detrimento da Assembleia Nacional. Após a desastrosa guerra de fronteira com a Etiópia, que teve início em 1998, o Estado passou a intervir cada vez mais na sociedade eritréia. Em 2001, as eleições nacionais foram adiadas indefinidamente. Em setembro do mesmo ano, 11 membros da PFDJ e doze jornalistas foram presos por criticarem a política do Presidente Afewerki com relação ao conflito com a Etiópia. Ainda aguardam julgamento em prisão.

Diante dos recentes eventos que abalaram, a Tunísia, a Líbia e o Egito, entre outros países árabes, pode-se afirmar que o cenário político interno na Eritreia é estável. Invocando a necessidade de união nacional frente aos inimigos externos (Etiópia e Djibuti, em particular), o Presidente Afewerki segue reforçando a sua posição, concentrando maior poder em suas mãos por meio do fortalecimento das forças armadas e do aparato de segurança do Estado, em meio aos diversos segmentos da sociedade eritréia, religiosos, étnicos e tribais.

Atuam no exterior dois grupos de oposição ao regime: o Partido Democrático, composto principalmente por eritreus emigrados residentes na Europa e nos EUA e contrário à interferência da Etiópia na política eritréia; e a Aliança Nacional Eritreia, com sede em Adis Abeba, formada por eritreus que residem na Etiópia e em geral afinados com a posição do governo etíope.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Eritreia é hoje dominada pelas disputas territoriais com a Etiópia e o Djibuti e pela sua atuação na ONU e outros foros multilaterais com o objetivo de abrandar o regime de sanções imposto ao país.

Durante os quatro anos seguintes, Eritreia e Etiópia mantiveram relações amistosas, motivadas pela interdependência econômica entre os dois países, que se refletia principalmente na necessidade de acesso da Etiópia aos portos eritreus. Em 1997, as relações com a Etiópia deterioraram-se, sobretudo devido a questões decorrentes do acesso da Etiópia ao mar. Em 1998, iniciou-se a guerra de fronteira, que resultou em milhares de mortos e agravou ainda mais as condições de pobreza e fome nos dois países.

O Acordo de Argel, assinado no ano 2000, logrou estabelecer um cessar-fogo entre a Eritreia e a Etiópia, possibilitando a criação em julho do

mesmo ano, da Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE). Os principais objetivos da UNMEE eram monitorar o cessar-fogo entre os dois países e demarcar os limites da fronteira comum. Em 2003, a comissão encarregada pela ONU da demarcação de fronteiras (Eritrean-Ethiopian Boundary Commission) apresentou os seus trabalhos finais à Corte Internacional de Justiça. Contrariando os compromissos assumidos no Acordo de Argel, a Etiópia rejeitou a decisão final da Corte. Em retaliação, a Eritreia passou a obstruir os trabalhos da UNMEE, exigindo o realocamento das forças de paz no seu território. Diante da animosidade e da falta de cooperação com as forças da UNMEE, em julho de 2008, o CSNU encerrou o mandato da Missão.

Com o início do conflito etíope-eritreu, o Djibuti cortou relações com a Eritreia, mas as restabeleceu em 2000, após a assinatura do Acordo de Argel. Entre 2004 e 2006, houve uma aproximação entre os dois países, consubstanciada na assinatura de acordos políticos, econômicos e militares. Entretanto, o relacionamento bilateral voltou a sofrer forte revés em abril de 2008, período em que ressurgiram as tensões de fronteira entre a Etiópia e Eritreia, pouco antes do fim do mandato da UNMEE. Naquela ocasião, o Djibuti acusou tropas eritreias de haverem violado o seu território. O incidente motivou uma movimentação militar em ambos os lados da fronteira. A despeito da tentativa de mediação da Liga Árabe e do Catar, em maio e junho de 2008, choques violentos ocorreram na região fronteira de Ras Doumeira. Em janeiro de 2009, o CSNU instou ambas as partes envolvidas no conflito a retirar tropas e equipamentos militares da região.

Alega-se que a Eritreia venha apoiando nos últimos anos facções rebeldes na Somália e que tenha abrigado líderes insurgentes somalis após a invasão da Somália pela Etiópia em 2006. As seguidas denúncias de apoio aos insurgentes somalis levaram à imposição de sanções pelo CSNU e debilitou as relações com Washington, que incluiu o país em sua lista de países que dão suporte ao terrorismo internacional. Em dezembro de 2009, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a Resolução 1907, que impõe sanções à Eritreia pelo envolvimento do país na crise da Somália e pelo descumprimento das determinações do CSNU sobre o conflito fronteiriço com o Djibuti. O documento estabelece embargo de armas, interdições de viagens e congelamento de ativos de indivíduos e entidades que ofereçam apoio a grupos armados no Chifre da África, obstruam o cumprimento das disposições do CSNU sobre o conflito com o Djibuti ou os trabalhos do Grupo de Monitoramento das sanções impostas à Somália ou, ainda, violem o embargo de armas. A adoção da Resolução 1907 (2009) foi bem recebida tanto pela União Africana (UA) quanto pela “Intergovernmental Authority on

Development (IGAD)”, organização que reúne os países da região do Chifre da África.

Em janeiro de 2010, o Presidente Isaias Afwerki encaminhou carta à Presidência do CSNU solicitando que as acusações contra seu país fossem examinadas por órgão independente e que a Resolução 1907 (2009) seja revogada, “por não se basear nos fatos ou no direito internacional”.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Eritreia é um dos países mais pobres do mundo, figurando em 157º lugar no ranking de desenvolvimento humano da ONU. A principal atividade econômica do país é a agricultura, que ocupa cerca de 80% da população economicamente ativa. O irregular regime de chuvas e os constantes conflitos armados têm prejudicado cronicamente o desempenho do setor agrícola da Eritreia. Destarte, a insegurança alimentar constitui o principal problema sócio-econômico do país.

Por outro lado, são promissoras as perspectivas de exploração de ouro e cobre das jazidas recém-descobertas no país. Com a entrada em operação da mina de Bisha, situada a 150 km a oeste da capital Asmará, espera-se que a economia da Eritreia cresça significativamente nos próximos anos (prevê-se um crescimento de 17% em 2011, contra 4% em 2010). Novos consórcios têm sido estabelecidos no setor, com a participação de empresas canadenses e chilenas.

O Governo eritreu aposta nas exportações de minerais como solução para o persistente e vultoso déficit nas contas externas do país, no momento em que as remessas enviadas por eritreus da diáspora (cerca de 850 mil emigrados dispersos pelo mundo) tem decrescido continuamente devido à reprovação da comunidade eritreia residente no exterior ao regime da PFDJ. Em 2010, o saldo da balança comercial eritreia registrou um déficit de US\$ 666,4 milhões, valor equivalente a cerca de 22% do PIB do país no ano. A Eritreia é altamente dependente das importações de máquinas, combustíveis e alimentos e o pouco que exporta (US\$ 28,8 milhões em 2010) constitui-se de móveis, animais vivos e minerais preciosos.

Além da insegurança alimentar, que afeta cerca de 60% de sua população, a Eritreia enfrenta sérios desequilíbrios macroeconômicos, como a alta inflação, escassez de divisas externas e endividamento interno e externo. Os altos gastos governamentais destinados ao setor de defesa diminuem consideravelmente a margem para a implementação de políticas econômicas de ajustamento de longo prazo.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há registro de brasileiros residentes na Eritreia. Tampouco existe uma rede de Consulados Honorários do Brasil no país. Os assuntos consulares pertinentes à Eritreia são de responsabilidade da Embaixada do Brasil no Cairo, que exerce por cumulatividade a função de Embaixada do Brasil para Eritreia.

ATOS BILATERAIS

Não há tratado internacional assinado entre o Brasil e a Eritreia.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil à Eritreia.

ANEXOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	Eritreia
Superfície	124.320 Km ²
Localização	Leste da África
Capital	Asmara
Principais cidades	Asseb, Keren, Mendefera, Massawa
Idioma Oficial	Tigrinya, Árabe e Inglês
PIB Nominal (2010 - EIU)	US\$ 2,9 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2009)	US\$ 575
Moeda	Nakfa

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾	2010 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)	4,6	4,8	4,9	5,1	5,2
Densidade demográfica (hab/Km ²)	37,0	38,6	39,4	41,0	41,8
PIB Nominal (US\$ milhões)	1.281,1	1.374,1	1.452,9	2.245,9	2.987,9
Crescimento real do PIB (%)	-1,0	1,3	-1,0	3,6	4,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	15,1	9,3	19,9	20,0	20,0
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ milhões)	25,4	34,3	57,9	83,4	103,2
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	785,0	859,8	961,9	991,0	1.019,6
Câmbio (Nfa\$ / US\$) ⁽²⁾	15,4	15,4	15,4	15,4	15,4

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

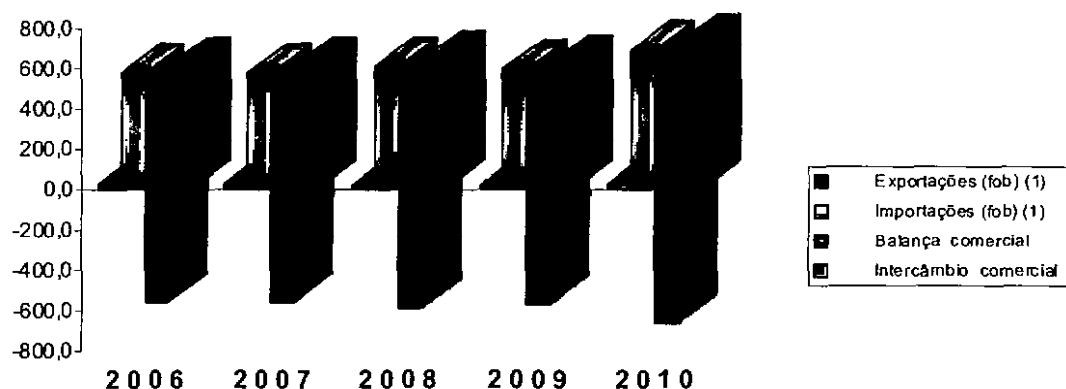
(1) Estimativa EIU.

COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob) ⁽¹⁾	28,3	30,0	23,4	26,2	28,8
Importações (fob) ⁽¹⁾	582,6	584,2	615,8	596,6	695,2
Balança comercial	-554,3	-554,2	-592,4	-570,4	-666,4
Intercâmbio comercial	610,9	614,2	639,2	622,8	724,0

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

(1) estimativas

(US\$ milhões)



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (em %)	2000	2001	2002
EXPORTAÇÕES (fob)			
Sudão	50,2%	48,9%	82,7%
Itália	3,9%	8,2%	4,9%
Arábia Saudita	9,2%	1,6%	0,3%
Subtotal	63,3%	58,7%	87,9%
Demais países	36,7%	41,3%	12,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%
IMPORTAÇÕES (cif)			
Arábia Saudita	16,7%	16,6%	14,7%
Itália	15,4%	18,7%	14,2%
Sudão	1,3%	1,2%	1,8%
Etiópia	0,1%	0,1%	0,0%
Subtotal	33,5%	36,6%	30,7%
Demais países	66,5%	63,4%	69,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da EIU, The Economist Intelligence Unit - Country Profile 2008

Países listados em ordem decrescente, com base nos valores apresentados em 2002.

última posição disponível em 16/09/2010.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ mil, fob)		
Móveis; mobiliário médico cirúrgico, artigos de camas etc	5.623	15,3%
Animais vivos	5.231	14,2%
Pérolas finas ou cultivadas, pedras preciosas, semipreciosas ou similares	5.195	14,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	4.852	13,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	2.178	5,9%
Peixes e crustáceos, moluscos	1.824	5,0%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.540	4,2%
Peles, exceto a peleteria, e couros	937	2,5%
Algodão	876	2,4%
Produtos farmacêuticos	786	2,1%
Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	782	2,1%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	611	1,7%
Subtotal	30.435	82,7%
Demais Produtos	6.355	17,3%
Total Geral	36.790	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ mil, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	43.284	13,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	32.486	10,3%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	30.486	9,6%
Açúcares e produtos de confeitaria	28.251	8,9%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	26.603	8,4%
Cereais	19.118	6,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	16.529	5,2%
Borracha e suas obras	12.869	4,1%
Móveis; mobiliário médico cirúrgico, artigos de camas etc	7.172	2,3%
Produtos farmacêuticos	7.101	2,2%
Preparações de produtos horícolas, de frutas	6.771	2,1%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	6.733	2,1%
Subtotal	237.403	75,1%
Demais Produtos	78.851	24,9%
Total Geral	316.254	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados de UNCTAD/ITC/TradeMap.
 A CHINA NÃO PRESENTA DADOS DETALHADOS DO VALOR DE SEUS IMPORTAÇÕES. PORTANTO, OS DADOS SÃO BASEADOS EM ESTIMATIVAS DE PAÍSES EMPUNHADOS/EXPORTADORES, O QUE PODE CAUSAR DIVERGÊNCIAS NOS DADOS ESTADÍSTICOS.

(1) Última posição disponível 09/03/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ERITRÉIA ⁽¹⁾ (US\$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	7.397	9.146	4.258	29.245	20.818
Varição em relação ao ano anterior	-17,3%	23,6%	-53,4%	586,8%	-28,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,1%	0,1%	0,0%	0,3%	0,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	42	10	7	9	10
Varição em relação ao ano anterior	n.a.	-76,2%	-29,3%	27,4%	7,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	7.439	9.156	4.265	29.254	20.828
Varição em relação ao ano anterior	-16,8%	23,1%	-53,4%	585,9%	-28,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança Comercial	7.355	9.136	4.251	29.236	20.808

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

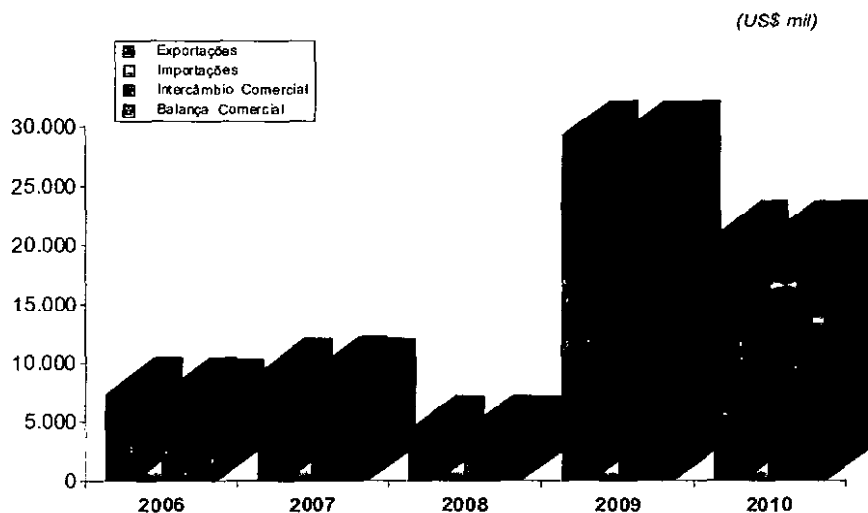
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferenças metodológicas de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ERITRÉIA (US\$ mil, fob)	2010 (jan)	2011 (jan)
Exportações	0	0
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	-100,0%	n.a.
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	0	0
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	-100,0%	n.a.
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	0	0
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	-100,0%	n.a.
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	0	0

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

n.a. - não aplicável.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ERITRÉIA 2006-2010



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ERITREIA		2 0 0 8	%	2 0 0 9	%	2 0 1 0	%
(US\$ mil - fob)			no total		no total		no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)							
Alúminio e produtos de confeitaria		4.145	97,3%	27.960	95,6%	20.790	99,9%
Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc		7	0,2%	28	0,1%	19	0,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		0	0,0%	1.093	3,7%	9	0,0%
Máquinas e aparelhos elétricos		0	0,0%	67	0,2%	0	0,0%
Subtotal		4.152	97,5%	29.148	99,7%	20.818	100,0%
Demais Produtos		106	2,5%	97	0,3%	0	0,0%
TOTAL GERAL		4.258	100,0%	29.245	100,0%	20.818	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ERITREIA		2 0 0 8	%	2 0 0 9	%	2 0 1 0	%
(US\$ mil - fob)			no total		no total		no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)							
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha		0	0,0%	5	50,0%	10	100,0%
Instrumentos e aparelhos de optica, fotografia, etc		0	0,0%	4	48,9%	0	0,0%
Produtos farmacêuticos		7	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal		7	100,0%	9	98,9%	10	100,0%
Demais Produtos		0	0,0%	0	1,1%	0	0,0%
TOTAL GERAL		7	100,0%	9	100,0%	10	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ERITREIA		2 0 1 0	%	2 0 1 1	%
(US\$ mil - fob)		(jan)	no total	(jan)	no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
não há registros					
Subtotal			0,0%		0,0%
Demais Produtos			0,0%		0,0%
TOTAL GERAL			0,0%		0,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Não há registros					
Subtotal			0,0%		0,0%
Demais Produtos			0,0%		0,0%
TOTAL GERAL			0,0%		0,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan/2011

Aviso nº 258 - C. Civil.

Em 2 de junho de 2011.

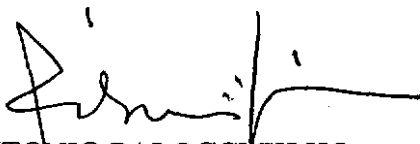
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritreia.

Atenciosamente,



ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 07/06/2011.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS: 12679/2011